



Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Março de 2014 – R\$ 4,00

**A crise mundial arrasta
a América Latina.
É necessário preparar a
resistência operário-camponesa**

**Confirmam-se os prognósticos da
IV Internacional sobre a política
do CNA na África do Sul:
Mandela cristalizou a traição**

**A experiência eleitoral da FET na
Argentina mostra como o centrismo
se adapta à democracia burguesa**

**Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina
Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista**

América Latina diante da crise: perspectivas

Partimos da premissa de que a economia latino-americana é parte da economia mundial. É uma economia capitalista atrasada em que a característica dominante – do México até a Argentina – é a da economia combinada, entendida como coexistência do modo capitalista de produção com diversas formas de produção pré-capitalista. A América Latina está dividida em Estados cuja condição semicolonial não deixa dúvidas. Como no restante do mundo, suas forças produtivas se encontram estranguladas pela grande propriedade privada burguesa, encarnada nas empresas multinacionais, que controlam as tendências fundamentais da economia. Soma-se em tais relações, a herança do atraso pré-capitalista que impõe a seqüela da baixa produtividade, ineficiência, custos elevados, etc. A persistência das fronteiras nacionais, a divisão do continente em débeis Estados nacionais diante do imperialismo se erguem como obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas. Impõem-se duplicação de esforços, encarecimento de custos de produção derivados das taxas aduaneiras, ditados pelos interesses particulares da burguesia nacional. Algumas regiões se convertem em freio do desenvolvimento de outras e não se pode tirar todas as vantagens potenciais contidas na abundância de recursos na região.

“A falta de infraestrutura da América Latina afeta o desenvolvimento comercial. O maior atraso na infraestrutura se observa no setor de transporte, principalmente nas rodovias, mantendo posições abaixo dos países de renda média (Calderón e Servén, 2010; WEF, 2012). O alto déficit em infraestrutura de transporte representa uma barreira restritiva para o comércio (ver Eslava et al., 2009, para o caso da Colômbia). Por exemplo, os custos internos de transporte por contêiner para o comércio internacional no Brasil e Colômbia são considerados como um dos mais altos do mundo. Igualmente, na Costa Rica, os atores dos três maiores mercados de exportação qualificam em 80% a baixa qualidade das rodovias como uma das três principais restrições ao negócio (Guasch, 2011). (Perspectiva econômica da América Latina, 2014, informe da OCDE, Cepal, CAF. pg. 15, outubro de 2013)”.

A baixa produtividade é uma consequência do atraso tecnológico e cultural da região. O primitivismo vinculado às sobrevivências das formas de produção pré-capitalistas ergue-se por todos os lados, freando, desqualificando, diminuindo efetividade e duração à máquina moderna. A aplicação generalizada das últimas inovações tecnológicas encontra como obstáculo a ignorância generalizada, a miséria e o baixíssimo nível cultural da população.

“Em 1980, os Estados Unidos apresentavam uma produtividade 125 vezes maior do que a China, enquanto que em 2011 esta era 17 vezes maior. A mesma dinâmica e evolução ocorreu na Índia, diante da qual, em 1980, os Estados Unidos apresentavam uma produtividade 70 vezes maior, passando para uma produtividade 33 vezes maior em 2011. Apesar de os países da Ásia terem distintas evoluções e pontos de partida, se observa que a maioria reduziu significativamente suas brechas de produtividade em relação aos Estados Unidos no período 1980-2011...”

“Isso contrasta fortemente com o que se observa nos países da América Latina e Caribe. Estes não somente não conseguiram, em termos gerais, reduzir de maneira importante a brecha de produtividade, mas também inclusive aumentaram-na, em alguns casos, no período considerado. Por exemplo, países como Bolívia (Est. Plur. de), Nicarágua, Paraguai e Honduras, perante os quais a produtividade dos Estados Unidos aumentou em magnitudes que variam entre 60% e 100%, aproximadamente, entre 1980 e 2011. Chama atenção também o caso de alguns países que, se bem que nos últimos anos mostraram um comportamento mais dinâmico, não conseguiram recuperar os níveis de produtividade relativa (diante dos Estados Unidos, que tinham no início dos anos 80) tal é a situação, por exemplo, da Argentina e Uruguai. Por outro lado, no interior da região, se observa um grande aumento da heterogeneidade, já que se ampliam fortemente as diferenças de produtividade entre os mesmos. (Perspectivas Econômicas da América Latina 2014. Informe da OCDE, Cepal, CAF. p.108-109, outubro 2013).”

Os problemas estruturais da economia latino americana estão longe de terem sido superados depois do auge econômico no recente período. As rendas extraordinárias da região, consequência dos preços altos das matérias-primas, não resultaram em um impulso ao desenvolvimento capitalista de conjunto da América Latina, sendo este e não outro o empenho de todos os governos latino americanos defensores da propriedade burguesa dos meios de produção, ainda que se autodenominem indígenas, populares ou “socialistas do século XXI”. Prova disso é a comprovação feita pela Cepal e OCDE (1º) de que a participação da América Latina do PIB mundial continua nos mesmos níveis da década de 80, entre 8% e 9%.

“Enquanto no início do século as economias que não pertenciam à OCDE representavam 40% da economia global, em 2010 esta proporção se elevou a 49% e se espera que para 2030 alcance 57%. Isso contrasta fortemente com a contribuição da América Latina e Caribe, que não superou o nível registrado no princípio dos anos 90, continua sendo entre 8% e 9% da economia global (Perspectiva Econômica da América Latina)”.

A razão para isso é óbvia: os recursos fundamentais da produção na América Latina continuam nas mãos do capital financeiro imperialista. As multinacionais têm se apossado da maior parte das riquezas no auge dos negócios do recente período, isto apesar das tímidas ações estatistas de parte dos governos burgueses latino americanos. No caso da mineração boliviana, por exemplo, para o ano de 2009, as exportações do país, realizadas pelas multinacionais, ocultas por trás da denominada mineração mediana, alcançaram 1,384 bilhões de dólares, que representam 76% das explorações mineras totais do país. Neste mesmo ano, o Estado boliviano arrecadou com taxas, impostos e patentes a soma de 126 milhões de dólares, menos de 10% do total das exportações. Para 2013, as cifras se incrementaram, mas a relação entre o que sai do país por meio das multinacionais e o que fica para o Estado boliviano continua sendo a mesma. Na Colômbia neoliberal, um especialista informa:

“Se se compara o investimento estrangeiro direto com as remessas e dividendos que saem do país, se tem que, em média, entre 2002-2009, por cada dez dólares que entraram, saíram 7, como remuneração de fatores. A segurança dos investimentos deu grande oportunidade às multinacionais de aumentar seus ganhos mediante a exploração e comercialização dos recursos não renováveis do país, enquanto que a retribuição à população nos termos do desenvolvimento social não salta à vista (Gráfico 2).” (O setor energético minero e a economia colombiana. pg. 21-22. Diego Fernando Otero Prada).

Faz tempo que as burguesias latino americanas abandonaram qualquer pose nacionalista e anti-imperialista radical. Hoje, os políticos burgueses de direita ou os reformistas de “esquerda” partem da certeza de que qualquer colocação econômica de desenvolvimento deve ser em cooperação com o capital financeiro, ainda quando, circunstancialmente e para efeitos distracionistas da população, se lance de vez em quando incendiários, mas inofensivos, discursos contra o imperialismo. Os reformistas de todo o tipo se empenham em fazer acreditar que eles são aqueles que encabeçam uma grande transformação, uma “revolução democrático-cultural”, no dizer de Evo Morales, “revolução cidadã”, no dizer de Rafael Correa, por exemplo, e que a circunstancial bonança econômica é graças à aplicação de sua política supostamente “anti-imperialista e revolucionária”, que em realidade se reduz, no melhor dos casos, a um tímido ajuste fiscal no montante e cobrança de impostos aplicados a certos setores da economia, por exemplo nos hidrocarbonetos.

A prova do erro de apreciação dos reformistas, em realidade de sua impostura para enganar as massas, está no fato de que entre os países que na década re-

cente tiveram um crescimento econômico acima da média, Panamá, Peru e Paraguai, que se negaram a abandonar a ortodoxia neoliberal, é emblemática na região, ao lado de países como Argentina, Bolívia e Equador, que aplicaram políticas do tipo nekeynesiano, chamadas também de antineoliberais, caracterizadas por uma maior agressividade na intervenção do Estado na economia. No extremo contrário, ou seja, do crescimento abaixo da média, estão Venezuela, país ícone do “socialismo no século XXI”, ao lado do Chile neoliberal ultra ortodoxo. O correto é que o fato decisivo que define a bonança do período é dado pela elevação dos preços dos produtos exportados pela região, matéria-prima fundamentalmente, e nem sequer tanto pelo incremento dos volumes exportados.

“Em 2011, as exportações de matérias-primas representaram 60% do total das exportações da região, comparado com 40% em 2000. O valor das exportações da região cresceu durante a década passada, mas a metade do dito aumento se deveu ao incremento nos preços e não no crescimento do volume das exportações, diferentemente do que ocorreu na década dos anos 90. Ao mesmo tempo, o aumento das exportações de matérias-primas significou a substituição de bens nacionais pelas importações, desacelerando a produção manufatureira da região.” (Perspectiva Econômica da América Latina, 2014).

CRESCIMENTO ECONÔMICO AMÉRICA LATINA 2008 A 2013

PAÍS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	PROMEDIO
PANAMÁ	10,7	2,4	5,0	8,5	8,0	13,6	8,0
PERÚ	9,8	0,9	6,7	7,1	5,7	5,7	6,0
URUGUAI	8,5	2,9	7,0	6,8	3,5	3,3	5,3
HAITI	0,8	2,9	8,5	8,0	6,0	4,5	5,1
BOLÍVIA	6,1	3,4	4,5	5,3	5,2	5,6	5,0
ARGENTINA	6,8	0,9	6,8	8,5	3,5	2,8	4,9
REPÚBLICA DOMINICANA	5,3	3,5	6,0	5,0	4,5	4,5	4,8
PARAGUAI	5,8	-3,8	7,0	5,7	-1,5	13,6	4,5
EQUADOR	7,2	0,4	2,5	6,4	4,5	4,0	4,2
BRASIL	5,1	0,2	7,6	4,0	2,7	2,5	3,7
CHILE	3,7	-1,5	4,3	6,3	4,9	4,0	3,6
COLÔMBIA	2,7	0,8	3,7	5,3	4,5	4,2	3,5
CUBA	4,1	1,4	1,9	3,1	4,5	4,5	3,3
COSTA RICA	2,8	-1,1	4,0	3,2	5,0	3,8	3,0
GUATEMALA	3,3	0,6	2,0	4,0	3,5	3,4	2,8
VENEZUELA	4,8	3,3	-3,0	4,5	5,0	1,7	2,7
NICARÁGUA	2,8	-1,5	2,0	4,0	5,0	4,0	2,7
HONDURAS	4,0	-1,9	2,5	3,0	3,2	2,8	2,3
MÉXICO	1,5	-6,5	4,1	4,0	4,0	3,0	1,7
MÉDIA AMÉRICA LATINA	5,0	0,4	4,4	5,4	4,3	4,8	4,1

FONTE : CEPAL

PAÍSES ACIMA DA MÉDIA

Podemos denominar a década passada de década perdida. A conjuntura econômica extremamente favo-

rável foi desperdiçada pelos governos burgueses latino americanos por sua política de submissão ao capital financeiro. As políticas rentistas de alguns governos pretende dissimular o entreguismo diante do capital estrangeiro, a título e uma suposta democratização da riqueza. A verdade é que o modo de produção determina a distribuição e não pode haver distribuição “socialista” sobre a base do respeito à grande propriedade privada burguesa, fundamento do modo capitalista de produção.

A burguesia latino americana, por sua extrema submissão e servilismo diante do capital financeiro imperialista, um sinal inequívoco de sua decadência, foi incapaz de se apoiar no auge do crescimento para afiançar sua presença na economia mundial diante do imperialismo em *débauche*, tanto norte-americano quanto o europeu. Os asiáticos conseguiram maiores resultados neste terreno.

As grandes cifras de entrada registradas nos volumosos superávits fiscais em grande parte dos países da região contrastam com o fato que a situação de pobreza das massas não se modificou substancialmente em relação ao período passado. Tanto é assim que as expectativas dos organismos financeiros do imperialismo quanto à redução da pobreza se consolam com a esperança de que o recente auge tenha possibilitado recuperar, em alguma medida, em certos setores, o nível de vida que se tinha antes da década de 90.

A crise estrutural da economia latino americana somente pode ser resolvida pela edificação dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, que exproprie e expulse o imperialismo, desenvolvendo a economia planificada, eliminando os obstáculos derivados da divisão do Continente, divisão ligada aos interesses das respectivas burguesias nacionais. Os esforços dos governos supostamente “revolucionários e populares” no sentido de estabelecer as bases de uma integração continental, sob novos parâmetros, fundados no “intercâmbio equivalente”, paradigma subjetivo do “socialismo do século XXI”, cujo exemplo emblemático é a ALBA, não foram capazes de superar os conflitos de interesses entre as respectivas burguesias nacionais, derivados de seu grau de integração e submissão ao

capital financeiro imperialista. Soma-se a isso o atraso relativo de cada país que redundam em freio de uns para com outros.

Perspectivas

Baseando-se na descarga do peso da crise sobre a classe operária, sobre vastas camadas da classe média e dos imigrantes de cada país, os Estados Unidos e a Europa começam a falar de algum sinal de reativação econômica. Tudo indica que esta “recuperação” pretende ser ampliada e sustentada à custa da deterioração das condições econômicas dos países semicoloniais. Nesse sentido, se vêm fazendo os ajustes da política norte-americana.

“A economia mundial começou novamente uma transição. As economias avançadas estão se fortalecendo gradualmente.



Ao mesmo tempo, o crescimento das economias dos mercados emergentes se desacelerou. Esta confluência está gerando tensão, e as economias de mercados emergentes se deparam com o duplo desafio da desaceleração do crescimento e do endurecimento das condições financeiras mundiais.”(Perspectivas da Economia Mundial, informe do FMI, pg.13, outubro de 2013)

“Com vistas ao futuro, se prevê que a atividade mundial se fortalece moderadamente, mas a balança de riscos para as perspectivas ainda se inclina à baixa (idem)”.

Por seu lado, a Cepal diz:

“A economia global entrou em uma etapa de menor crescimento. Depois do auge de 5,2% de crescimento na atividade que marcou a saída da recessão em 2010, o ritmo de crescimento da economia global está novamente se debilitando. Ainda que se espere uma melhora gradual no desempenho econômico mundial nos próximos anos, não se prevê o retorno ao ritmo de expansão que antecedeu a crise financeira” (Perspectiva Econômica da América Latina, 2014).

Com dados recentes, alguns analistas qualificaram de otimistas estas previsões realizadas em outubro de 2013 e apontam os fatores que levam a estimar melhor a nova quebra nas Bolsas de Valores de grandes dimensões, em 2014.

“O início da retirada pelo Fed de suas medidas de estímulo à economia dos Estados Unidos, no montante de 85 milhões de dólares mensais destinados à compra de ativos, provocou o

nervosismo em Wall Street ...”

“Assim, a crise nas divisas nos mercados emergentes fez com que os investidores preferissem se distanciar dos ativos de renda variável como o mercado de valores DOW JONES, o que, unido ao preocupante dado de atividade manufatureira da China do mês de janeiro, que se contraiu depois de seis meses consecutivos de expansão...”

“Gênese da atual bolha na Bolsa de Valores”

“A bolha atual é filha da euforia de Wall Street (e por extrapolação do restante das Bolsas mundiais), consequência das políticas monetárias dos grandes bancos centrais mundiais, que inundaram os mercados com centenas de bilhões de dólares e euros com esperança de relançar a economia, mais ainda quando as colocações sem riscos (dívida dos Estados Unidos e Alemanha) não retribuíram nada aos investidores.

Racionalidade limitada: a desconexão com a realidade de parte dos investimentos lhes levaria a justificar a exuberância irracional dos mercados (criando-se um mundo virtual de especulação financeira que não tinha a ver com a economia real) e a extrapolar as rentabilidades atuais como um direito vitalício que, unido à perda de credibilidade das agências de avaliação como Moody's (ao não ter previsto a atual crise), contribui para que o mercado permaneça incessível ao rebaixamento de rating das companhias que atuam na Bolsa.

Especulação: o processo especulativo impulsiona a comprar esperanças de substanciais ganhos no futuro, o que provoca uma espiral altista distante de toda base factual. Assim, o preço dos ativos chega a alcançar níveis estratosféricos até que a bolha estoure (crash) devido à venda massiva de ativos e à ausência de compradores, o que provoca uma queda repentina e brusca dos preços (até limites inferiores a seu nível natural), deixando atrás de si um caudal de dívidas (crash da Bolsa)...

Isso unido ao incessante aumento da dívida externa contribuirá para que a margem de risco aumente e o crédito continue sem fluir com normalidade alguns tipos de ganhos reais, o que unido com o fato dos diferenciais de rentabilidade entre as emissões da dívida pública nos diversos países do primeiro mundo aumentaram nos últimos meses (o que provoca um encarecimento e maiores dificuldades para se obter financiamento exterior) e a redução das exportações dos países emergentes, devido à severa constrição do comércio mundial, poderá provocar o estancamento das economias ocidentais em 2014, perante o que assistiremos a enésima correção para baixo das otimistas previsões do FMI para a economia mundial em 2014, que estimava taxas de crescimento positivas de 1,4% para a Eurozona; de 2,8% para os Estados Unidos e 3,7% para o conjunto do PIB mundial.

Se a isso somamos o risco latente de uma quebra controlada nos países periféricos europeus (Grécia, Portugal, Itália e Espanha), as dúvidas sobre a capacidade de endividamento dos Estados Unidos, o estouro da bolha imobiliária na China (a inversão enfocada no setor imobiliário com aumentos de 23% em 2013, diante do que os especialistas estimam que, se ocorrer o dito crash, causará um impacto em nível global dez vezes superior ao provocado pelo colapso do emirado petrolífero de Dubai), a existência de fatores

geopolíticos desestabilizadores (Síria, Irã, Líbia, Coreia do Norte) e a volta da especulação nas commodities agrícolas pelas mãos dos fundos de inversões poderia produzir uma psicose vendedora e originar um novo crash na Bolsa em 2014 (Tormenta em Wall Street, Germán Gorraiz López – analista 29. Janeiro, 2014)”.

As políticas recomendadas pelos economistas burgueses são paliativas que não impedirão que a classe operária e as massas empobrecidas arquem com as consequências da crise

Compensar a diminuição das entradas, derivada da baixa e estancamento do preço das matérias-primas, a desaceleração da economia na China e Índia, somadas às medidas do governo norte-americano de endurecer as condições financeiras mundiais de reduzir as compras estatais do programa EQ3, que redundaram na diminuição da demanda de matérias-primas, etc., com o mercado interno de cada país, como reconhecem os próprios defensores da “solução”, não será suficiente para enfrentar os avatares do início da temporada das vacas magras na América Latina. As políticas rentistas se verão estancadas e diminuídas e a demagogia populista perderá sustentação. As massas, que no período do auge não perceberam a mudança real na sua situação de pobreza, sentirão com maior força que a crise as golpeia e que o governo não faz nada para remediar. Decepcionadas, tenderão a tomar a solução de seus problemas em suas mãos (mobilização e ação direta). Esse processo já se iniciou, as mobilizações populares contra o desemprego, pelos salários e contra as aposentadorias de fome, contra a falta de segurança, pela moradia e educação, etc., em quase todos os países da América Latina, são fatos. Como assinalamos, a tendência é de agudização da luta de classes no continente.

“As condições macroeconômicas resultam menos favoráveis para a região. Depois de uma década de crescimento sólido, as perspectivas econômicas para a América Latina e Caribe se apresentam complexas, principalmente como consequência de três fatores: a redução do volume comercial, a moderação dos preços das matérias-primas e a incerteza nas condições financeiras e monetárias globais. Isto é consequência do débil crescimento econômico da zona do euro, do menor dinamismo da economia chinesa e do impacto de um eventual endurecimento da política monetária dos Estados Unidos. Apesar do aumento da demanda interna compensar em parte a perda do impulso da demanda externa, muitas das economias latino americanas estão convergindo para seu PIB potencial depois de uma fase expansiva do ciclo econômico; devido a isso, um aumento nos estímulos à demanda interna poderá gerar maiores desequilíbrios” (Perspectiva Econômica da América Latina, 2014).

Apesar da consciência que os organismos financeiros do imperialismo têm no sentido de que as ações

destinadas a enfrentar o início das condições adversas para a América Latina a partir dos mercados internos, elas são insuficientes. Tais organismos insistem na aplicação de políticas de ajuste fiscal e outras para mitigar os efeitos do prolongamento da recessão econômica mundial. Isso porque são economistas e políticos burgueses, que não concebem outra via de solução dos problemas derivados da crise estrutural do capitalismo a não ser aquelas possíveis de desenvolver no marco da manutenção das relações capitalistas de produção, que implicam perpetuar as condições derivadas de um mundo dividido entre um punhado de nações ricas (imperialismo) e a grande maioria de nações pobres (semicoloniais).

“No curto prazo, a América Latina manterá um nível de crescimento econômico moderado, porém condicionado por um cenário de incerteza internacional. Os países da região dispõem de certos espaços fiscais e monetários para lidar com eventuais quedas na demanda agregada, ainda que as perspectivas atuais indiquem que sobrevirá um período prolongado de baixo crescimento nos países mais desenvolvidos. Para abordar esse cenário, é conveniente que os países da região garantam a coerência entre suas políticas de estabilização e as ações necessárias para elevar o crescimento econômico no médio prazo, que facilitem o processo de mudança estrutural. Uma maior integração econômica regional pode ser uma resposta efetiva diante da débil demanda dos países desenvolvidos; além disso, permitirá fortalecer as vantagens competitivas em setores e atividades não tradicionais. Especial atenção se deve prestar às flutuações cambiais que, em vários casos, podem ameaçar a competitividade das atividades não vinculadas às matérias-primas. Identificar as causas destas flutuações e utilizar os instrumentos adequados para as mitigar é um dos desafios que têm as políticas macroeconômicas atuais”. (Perspectiva Econômica da América Latina, 2014)

O fato de que a Europa se mantenha em níveis baixíssimos de crescimento econômico resulta em que as taxas de desemprego se mantêm em níveis “intoleráveis”, a previsão do FMI é:

“O desemprego continuará em nível inaceitavelmente elevado em muitas economias avançadas, assim como em diversas economias de mercados emergentes, sobretudo no Oriente

Médio e Norte da África”. (Perspectivas da Economia Mundial, informe do FMI, pg. 15, outubro de 2013)

O que implica à América Latina a persistência da tendência de queda das remessas ao exterior. Isto é particularmente importante na América Central e no Peru, Bolívia e Paraguai. O retorno de imigrantes devido à falta de emprego na Europa, como já vem acontecendo, engrossará as fileiras do desemprego em seu próprio país, ou então levará a buscar novas alternativas de imigração nos países vizinhos. Esse fato pode se converter em um fator de maior explosividade da luta de classes.

A chamada “estabilidade macroeconômica” da região, caso se explique pelos altos preços das matérias-primas como fator externo, internamente é mantida pela manutenção dos baixos salários e rendas miseráveis da população. Perpetuar a pobreza das massas exploradas, impondo ou mantendo políticas de “flexibilização trabalhista”, tem sido o mecanismo empregado para enfrentar o fantasma da inflação e assegurar condições atrativas de exploração da força de trabalho para as multinacionais e burguesia nacional. Esta política, herança do “neoliberalismo”, no dizer dos reformistas, tem sido mantida, atenuada em alguns aspectos secundá-

rios, intensificada nos fundamentais, pelos governos que se reclamam antineoliberais, pondo em evidência que, para a burguesia e o imperialismo trata-se, para além dos rótulos, de assegurar as condições para intensificação da exploração da força de trabalho assalariada. Essa é a condição para a burguesia assegurar a reprodução do capital, procurando desesperadamente reverter a tendência geral da queda da taxa média de lucro. Tendência que, longe de se atenuar, se acelera a cada inovação tecnológica aplicada à produção, o que por sua vez acelera o caráter cíclico da crise capitalista estrutural.

Está claro que a América Latina, para superar seus problemas estruturais, o atraso, a pobreza, e enfrentar os avatares da crise em melhores condições, necessita de uma mudança também estrutural.

“O desenvolvimento implica mudanças econômicas,



sociais e políticas. Dentro desse processo, a produtividade e a mudança da estrutura produtiva guarda uma estreita relação com outras áreas da economia e da sociedade. A convergência tecnológica e os ganhos por habitante requerem estruturas produtivas mais diversificadas, complexas e com maior conteúdo tecnológico e de conhecimento, que permitam avançar na melhora da produtividade e redução da heterogeneidade estrutural. A construção de capacidade endógena e a redução das brechas econômicas e sociais são processos complementares que requerem a ação de políticas públicas. Assim, as políticas industriais, tecnológicas e a de formação de capacidades são necessárias para alcançar tais objetivos. Por conseguinte, nos países da América Latina, as políticas de diversificação produtiva junto às políticas industriais e de inovação são chamadas a ocupar uma posição central na nova estratégia de desenvolvimento. É necessário que a agenda para o desenvolvimento priorize políticas de longo prazo, que se orientem para estruturas produtivas mais intensivas em conhecimentos e inovações, onde a sustentabilidade social e ambiental sejam objetivos prioritários das mesmas”.

O problema se essa mudança estrutural seja ou não possível de se realizar nos marcos do respeito às relações capitalistas de produção e da grande propriedade privada burguesa e, além disso, dirigidas pela burguesia latino americana, está resolvido. A experiência histórica de todos os países latino americanos confirma que isso não é possível. A burguesia está esgotada. Os fatos recentes, vinculados ao auge econômico, a incapacidade de usá-lo para diversificar a produção, impulsionar um salto em direção ao desenvolvimento integral das forças produtivas que permitam superar o atraso e a pobreza, confirmam essa conclusão.

Ficou para trás o período histórico do desenvolvimento de correntes políticas burguesas nacionalistas radicais, característica que marcou a política regional nas décadas que vão da primeira metade ou um pouco mais do século passado. Hoje as diferentes variantes da política burguesa nacionalista, que os governos latino americanos desenvolvem, partem da certeza de que tudo deve ser feito de acordo com a colaboração com o capital financeiro, que assegure as condições adequadas aos seus interesses e reprodução. No marco dessa concepção, a aplicação de qualquer política destinada a superar o atraso e a pobreza está de antemão condenada ao fracasso, contribuindo para perpetuar as condições de miséria e opressão que marcam o Continente.

A extrema maturidade do fator econômico da revolução não é correspondida pelo desenvolvimento do fator subjetivo que revela o terrível atraso. Com muita dificuldade avança a luta que se trava desde o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional para compreender que pôr em pé o Partido Mun-



dial da Revolução Socialista (IV Internacional) passa por colocar em pé partidos-programas, partidos operários revolucionários baseados no desenvolvimento do programa da revolução em cada país, como seções nacionais firmemente enraizadas no proletariado e nas massas, porque as conhecem e aprenderam a converter em política revolucionária o instinto comunista de sua classe operária. O programa implica o conhecimento das particularidades nacionais, implica compreender como é que as leis gerais do capitalismo se materializaram, em um contexto histórico-geográfico e cultural particular e determinado, em uma formação capitalista atrasada da qual deriva uma mecânica de classes igualmente concreta e que não é exatamente a mesma em todas as latitudes. O desconhecimento dessas particularidades converte qualquer empenho do partido em uma pantonima, dominada pelo oportunismo, com generalidades e lugares comuns, incapaz de compreender, expressar e dar forma aos impulsos mais profundos das massas que se dirigem a destruir a ordem estabelecida. É nesse ponto de ruptura que marca a diferença da evolução política das diferentes tendências latino americanas que se reivindicam do trotskismo. Aqueles que se negaram a se colocar a tarefa do partido-programa como eixo fundamental de sua atividade concluíram invariavelmente como reformistas, eleitores e traidores da causa do socialismo, da revolução e ditadura do proletariado. São obstáculos para o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado, cumprem um papel retardatário, contrarrevolucionário.

A perspectiva de agudização da luta de classes, como emergência da deterioração das condições econômicas na América Latina, encontrará uma direção revolucionária débil ou ausente. Mas um campo favorável para seu desenvolvimento e consolidação.

Crise econômica mundial

O que se passa com os Estados Unidos

Crise econômica mundial

A esperança da burguesia mundial está depositada na volta do crescimento econômico da maior potência, depois da brutal queda ocorrida com a eclosão da crise em 2008. O ano que se encerrou teve um crescimento de 1,8%, segundo a AlianceBernstein. Indicador que tem sido considerado por analistas como ponto de partida de superação da longa estagnação.

A mesma instituição que divulgou o crescimento de 1,8% prevê para o ano que se inicia crescimento de 3% e 4%. Mas não é seguro. O Banco Central dos Estados Unidos (Federal Reserve) estimava um crescimento do PIB de 2,2% e 2,3% para 2013. Em meados deste mesmo ano, projetavam-se 2,5%.

Não há uma marcha ascendente segura. Verifica-se que ocorre uma recuperação instável. Tudo indica que ainda prevalece uma poderosa tendência à estagnação. O desemprego foi lançado às alturas nos primeiros anos da crise. Baixou conforme o critério de apuração estatística dos Estados Unidos, que desconhece aqueles que desistem de procurar trabalho. A queda de 7% para 6,7% expressa a lenta recuperação de milhões de postos de trabalhos fechados com a *débaçle* de 2008. Mas perdura o esmagamento das condições de vida das massas assalariadas norte-americanas.

Observa-se que a intervenção do Estado para salvar os bancos e empresas – critica-se como erro se ter permitido a falência da corretora de valores Lehman Brothers – evitou uma recessão prolongada, que poderia se transformar em depressão. Foram trilhões de dólares injetados pelo Tesouro na economia. Criou-se uma liquidez forçada. Emissão e endividamento do Tesouro promoveram uma liquidez parasitária. É sobre essa base artificial que os Estados Unidos reiniciaram sua recuperação.

Os quatro trilhões de dólares despejados no mercado de capitais pelo programa “quantitative easing” (QE) do Federal Reserve de solução passa a problema. A autoridade monetária terá de recolher a dinheirama que tem servido mais à continuidade do parasitismo financeiro e da jogatina do que ao investimento na produção. A esse respeito é sintomático o fato de as grandes empresas terem acumulado US\$ 1,5 trilhão sem poder reinvesti-lo, não restando alternativa senão a de procurar sua valorização por meio do parasitismo financeiro.

As medidas monetárias de proteção ao sistema financeiro norte-americano provocaram e provocam efeitos deletérios na economia mundial. As taxas de câmbio na maioria dos países passaram a depender da enxurrada de dólares criada por três emissões de “quantitative easing” (QE1, QE2, QE3) e agora da sua drenagem. Principalmente, os países semicoloniais, a exemplo do Brasil, contribuíram a alto preço para contenção da crise norte-americana e terão de continuar a contribuir com o recolhimento gradativo da alta liquidez artificialmente promovida pelo Federal Reserve.

O sentido é de que todos devem arcar com a responsabilidade de reerguer os Estados Unidos como carro chefe da economia mundial. Aplica-se uma política monetária unilateral que extrapola as fronteiras norte-americanas e estabelecem-se as condições para que todas as economias sigam os ditames do Federal Reserve. Trata-se de uma proteção do “capitalismo coletivo” aos bancos, seguradoras, monopólios industriais e comerciais norte-americanos.

As massas pagam por essa proteção, com mais desemprego, destruição de conquistas trabalhistas e rebaixamento salarial. As economias dos países atrasados e semicoloniais também são duramente atingidas. Espalha-se a ilusão de que se trata de um sacrifício que concluirá com os Estados Unidos se movimentando para frente e assim convergindo com o interesse geral de superação da crise.

A Europa Ocidental seguiu o mesmo processo do programa “quantitative easing”, com o Banco Central Europeu emitindo moeda e criando um fundo de garantia para os bancos. O avanço da crise aí foi mais profundo. Estados nacionais expuseram sua falência.

O Japão vem fazendo o mesmo, procurando desvalorizar o iene e aumentar as suas exportações. Mas nada indica que possa se valer desse meio para incentivar o seu mercado interno. O certo é que eleva ainda mais o gigantesco endividamento do Tesouro.

Os Estados Unidos, como o restante do mundo, estão na dependência da continuidade do crescimento da China, que surpreendentemente disputa a liderança do comércio mundial, deixando para trás o Japão e a Alemanha. A desaceleração da economia chinesa, no entanto, revela que a economia mundial não chegou a um ajuste e reequilíbrio que demarcassem uma fase pós-crise. Espera-se um retrocesso mais drástico do crescimento chinês.

Os Estados Unidos precisam recuperar terreno no comércio mundial. O mais provável é que se abra um período de “guerra comercial” mais ampla. O relançamento da política de blocos econômicos – agora Aliança do Pacífico e Acordo do Atlântico – indica a necessidade dos Estados Unidos de impor novas condições protecionistas para disciplinar e condicionar o avanço chinês.

As inúmeras experiências mostram que as saídas para as *débaçles* internacionais implicam destruir maciçamente forças produtivas. Isso ocorreu na crise atual nos Estados Unidos e Europa Ocidental, mas não na magnitude de um recuo que permita um reordenamento geral, com os Estados Unidos à frente. O “quantitative easing”, na verdade, dilatou no tempo a crise que ameaçou resultar em uma quebra, cujos acontecimentos catastróficos de 1929 estiveram perto de se repetir.

O presidente do Federal Reserve, Ben Bernanke, reconheceu que o “relaxamento quantitativo” pode implicar em instabilidade nos mercados financeiros. Está aí por que decidiu fazê-lo gradativamente. Mas na base das dificuldades

da economia americana estão as forças produtivas altamente desenvolvidas que não têm como avançar internamente. Teriam de se expandir muito mais no âmbito mundial. Ao não fazê-lo, agudiza-se o seu choque com as relações de produção, determinadas pela forma monopolista da propriedade dos meios de produção. Esse também é o problema da Alemanha, Japão, França, Inglaterra, etc.

A restauração capitalista, que tomou corpo nos anos 90 e que colocou a ex-União Soviética e a China sob as condições da economia de mercado, foi importante para as potências afastarem temporariamente a eclosão geral da crise de superprodução. Esse processo se revelou esgotado com a explosão da crise, em 2008, no epicentro do capitalismo mundial.

A continuidade da intensa industrialização da China sob a agressiva penetração das multinacionais permitiu que o respiradouro continuasse aberto. Esse lugar distintivo, porém, não é sinal de que as forças produtivas mundiais possam vencer as barreiras da superprodução. As manobras dos Estados e do capital financeiro com seus artifícios puderam desviar em parte a tendência de destruição de forças produtivas.

A previsão de que 2014 será melhor para os negócios da burguesia não é de descabida, mas não será geral e não marcará o fim da crise. Ao contrário, é mais provável que reunirá os fatores da crise em um novo patamar e impulsionará o processo objetivo de quebra de forças produtivas.

O proletariado deve seguir esta previsão e se preparar para o pior. Tem de se erguer com seu programa de reivindicações e se colocar por resolver sua crise de direção. Distintamente das duas grandes crises do século XX, o traço fundamental da presente crise se concentra no fato do proletariado mundial se encontrar desarmado programático e politicamente. A destruição da III Internacional por Josef Stálin e pelos partidos comunistas estalinizados em toda parte reflete poderosamente em favor do capitalismo que se decompõe e mantém o curso da barbárie social.

Uma justa compreensão da vanguarda revolucionária da situação em que as forças produtivas se levantam em poderosos choques com a grande propriedade monopolista, com as fronteiras nacionais e com a reação imperialista é fundamental para rearmar o proletariado com o programa da revolução socialista mundial.

Tendências bélicas do imperialismo

As ações do governo Obama no sentido de impor um acordo sobre o programa nuclear do Irã e sobre uma solução à guerra civil na Síria, bem como a reabertura das negociações entre Israel e palestinos, têm sido interpretadas pelos porta-vozes do imperialismo como se os Estados Unidos passassem a trilhar o caminho pacífico perante os grandes conflitos internacionais.

Na realidade, a resistência no Iraque e no Afeganistão contra o intervencionismo mostrou que por essa via não era viável impor um período de controle pacífico. O prolongamento da ocupação nestes países passou a pesar na neces-

sidade militar dos Estados Unidos em não dispersar forças indefinidamente. Em parte, o objetivo da intervenção havia sido cumprido. O mesmo problema se colocou na intervenção na Líbia e agora na decisão de Obama de encontrar uma solução negociada para o caso da Síria. Não se trata, portanto, da adoção da via pacífica, do multilateralismo e do reconhecimento de outras forças internacionais que não se alinham completamente à via militarista.

Há outro fundamento para as manobras político-diplomáticas dos democratas. A crise mundial abriu uma nova etapa da luta de classes. As revoltas no Norte da África e no Oriente Médio assinalaram uma situação de agravamento dos choques de classe e de nacionalidades. Crescem os focos de dissensões interburguesas nos países que se aprofundam com a crise e em que a miséria das massas se tornou insuportável. O imperialismo tem de se precaver diante de situações explosivas em que as massas possam se virar contra seus interesses e sua dominação.

A variação tática dos estrategistas do Pentágono não deve ser confundida como sendo refluxo das tendências bélicas. Pelo contrário, embora os Estados Unidos arquem com uma gigantesca e crescente dívida pública, continuam a privilegiar o mega-orçamento militar. Torna-se cada vez mais grave a questão do monopólio das armas nucleares – o que certamente levará a uma intervenção no Irã, no caso de fracassar as atuais negociações e seu governo avançar em direção à bomba nuclear – nas condições em que os Estados Unidos devem estar prontos para uma intervenção muito mais ampla que as do Afeganistão e Iraque. O imperialismo desconhece qualquer traço de autodeterminação das nações oprimidas, que contrariem seus interesses estratégicos.

Não é exagero de análise a avaliação de que os Estados Unidos estão em rota de colisão com a China. A concentração de suas forças na Ásia indica concretamente a estratégia dos Estados Unidos de conter as ambições da burocracia chinesa e a necessidade de sua economia continuar expandindo as forças produtivas em detrimento da hegemonia norte-americana. Não faltam vozes imperialistas, de um lado, de ataque ao nacionalismo chinês e, de outro, de aconselhamento à cooperação.

O impulso ao armamentismo é um indicador das tendências bélicas do imperialismo. Os Estados Unidos se resentem do declínio econômico, mas não do militar. Continuam com sua hegemonia bélica intacta. Nenhuma potência rivaliza sua capacidade destrutiva. Continuam avançando. Acabam de lançar o destróier americano Zumwalt. Foi gasta a fabulosa soma de US\$ 7 bilhões somente no projeto de construção. O custo de produção de uma unidade é de US\$ 1,4 bilhão. Entre suas capacidades, está a de não ser descoberto pelos radares. É um navio de guerra invisível e com poderosa capacidade de destruição. Bastam 140 tripulantes para manejá-lo. Serão construídas 32 unidades ao longo do tempo. Avalia-se que dificilmente algumas das potências cheguem a construir um arsenal de alta tecnologia como essa. O objetivo anunciado é o de colocar o Zumwalt na Ásia, cobrindo o Pacífico.

Aspectos da crise no Brasil

O desarranjo econômico

O crescimento de 2% em 2013 foi considerado por Dilma Rousseff como uma façanha. A oposição, como não poderia deixar de ser, acusou o governo de insistir em uma política econômica esgotada. Não faltaram denúncias de incompetência e leniência. O governo responde aos adversários exibindo a baixa taxa de desemprego e o cumprimento de todas as obrigações internacionais.

A burocracia sindical não está contente, como estava no tempo de Lula. Está apreensiva. A indústria passou a ocupar o lugar de último vagão na economia. Até quando os setores de serviço e comércio continuarão a sustentar a mais baixa taxa histórica de desemprego? Essa é uma das questões colocadas pela situação.

O governo admite que é preciso reativar a indústria. Mas não pode fazer mais do que tem feito. A possibilidade de ampliar as desonerações e garantir os bilionários subsídios – o maior deles para as montadoras – chegou ao fim. A meta de reduzir as taxas de juros e ajustar os bancos ao objetivo de crescimento industrial foi golpeada pela pressão inflacionária, segundo a justificativa do Banco Central. A redução no preço da energia elétrica ajudou os industriais, entre eles as poderosas multinacionais. No entanto, a medida se mostrou insustentável. O Tesouro não tem como arcar por muito tempo com tais subsídios. Chega-se à conclusão de que essa via é provisória.

Os preços controlados pelo Ministério da Fazenda vêm servindo à política econômica dos governos petistas. O da gasolina tem sido o mais conflituoso. Os acionistas da Petrobrás e as distribuidoras – os maiores são estrangeiros – exigem que se ajuste aos preços internacionais, ditados pelos carteis. A sua elevação provocará uma alta inflacionária. Essa é uma chave que o governo se esforça por não perder o controle. Trata-se de uma área sensível a toda economia.

A indústria do etanol pressiona brutalmente o governo para que aumente os preços da gasolina. Somente assim, se elevará o preço do etanol. Boa parte das usinas passou para as mãos do capital estrangeiro. A campanha desse setor - também fortemente vinculado ao capital externo - se apoia na acusação de que o governo abandonou o projeto da energia limpa.

Nota-se que os mais distintos interesses do capital internacional se manifestam no seio da economia brasileira. A eclosão da crise em 2008 nos Estados Unidos provocou imediatamente uma interrupção no nível de crescimento do Brasil. Em seguida, se projetou no tempo, modificando os fatores que pareciam estáveis. Abriu-se um processo de desequilíbrios típicos da economia atrasada do país semicolonial.

O governo passou a ceder às pressões dos vários setores do grande capital gradativamente. Procura administrar as pressões inflacionárias, sem empurrar a economia para a recessão. A burguesia reclama da necessidade de conter os salários. Mas o custo de vida está em linha ascendente.

Há o receio de que se abra um novo período de retorno da inflação. A meta fixada entre 4,5% e 6,5% se tornou um número irreal. O governo a sustenta artificialmente. Essa é a segunda grande questão. Até quando será possível manter o disciplinamento dos preços e a sua estabilidade?

Os fatores em desequilíbrio não se limitam ao emprego e à inflação. O governo está obrigado a administrar as finanças públicas em referência ao superávit primário. O montante da dívida interna e das suas obrigações (juros e amortizações) condiciona a política econômica. Somente um escasso volume do Orçamento não está comprometido antecipadamente.

A meta do governo petista, elaborada pela administração de Lula, era a de reduzir o endividamento, aliviar o peso do superávit primário e reduzir as taxas de juros. Por um momento, parecia factível. A elevação da dívida pública no mandato de Dilma desfez o desejo petista.

A oposição burguesa não perde uma oportunidade para acusar o governo de estar empurrando o Brasil para uma crise fiscal e monetária. De fato, as margens de manobra de Dilma têm se estreitado. Não pode exibir um superávit primário considerado saudável pelos banqueiros e FMI de 3,5%. Alcançou 1,9% em 2013, quando a previsão oficial era de 3,1%. O Tesouro, portanto, necessita de maior financiamento externo para cobrir o buraco. Despendeu com os juros da dívida R\$ 249 bilhões. Trata-se de nada mais nada menos que 5,18% do PIB.

A queda abrupta do superávit primário e o aumento do déficit em conta corrente minam os esforços do governo em cumprir à risca as diretrizes do imperialismo. Os “investidores” começaram a represar a enxurrada de dólares para o País. Intensificam a especulação.

A decisão do Banco Central dos Estados Unidos de reduzir os incentivos fiscais aos capitalistas, de recolher parte da liquidez criada artificialmente por meio do chamado “quantitative easing” e de retornar às taxas de juros positivas estremeceram as relações cambiais e atingiram a estabilidade dos países profundamente endividados. O capital financeiro arrancou de governos como o do Brasil, Índia, Turquia, África do Sul, etc. uma elevação competitiva das taxas de juros. Esse movimento do capital financeiro indica que os países semicoloniais amplamente endividados mergulharão em uma nova

etapa da crise. O governo do Brasil ameniza o fato de vários países terem de elevar suas taxas de juros, como sendo circunstancial. Mas não é o que indica a marcha geral da crise de superprodução.

As agências de avaliação de risco alimentam a corrida

especulativa com ameaças de rebaixamento do Brasil na lista de países seguros. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, apresenta em contrapartida uma reserva cambial maior que o montante da dívida externa (privada e governamental). Segundo o governo, o Brasil poderá

O Programa do Partido Operário Revolucionário-POR foi aprovado no seu XII Congresso, realizado nos dias 11 e 12 de janeiro de 2014. Em 1993, o III Congresso estabeleceu as suas bases programáticas. Como se pode ver, desde a origem, o POR se armou de um Programa.

O seu I Congresso ocorreu em julho de 1989. Neste momento, realizamos a crítica programática à estratégia democratizante do PT, em uma Resolução, que se confirmou plenamente. O Congresso assumiu a caracterização do Programa de Transição para a Revolução Socialista da IV Internacional de que as condições objetivas para a destruição do capitalismo estão mais do que maduras e que a humanidade passou a enfrentar uma crise de direção com o triunfo do estalinismo na União Soviética e com a destruição da III Internacional.

No II Congresso, julho de 1991, a Resolução assumiu mais claramente ainda o caráter programático, baseado na experiência da luta contra o reformismo petista e a adaptação a ele das esquerdas revisionistas do trotskismo.

O partido sentiu a necessidade de ter uma Plataforma Programática que contivesse as principais partes do Programa e que fosse sintética. O IV Congresso, de julho de 1994, se encarregou desta tarefa. Em sua introdução, publicada no livro “Vinte anos construindo o POR”, se afirma: “A elaboração do programa revolucionário não cessa nunca.”

O POR chegou ao XII Congresso mais preparado para atualizar o Programa de 1993. Embora continue embrionário, avançou na formação de quadros marxista-leninista-trotskistas e sua militância está voltada à luta de classes. Atravessamos um importante percurso que vai do final da ditadura militar em 1985 aos nossos dias. O PT ganhou importância, a CUT se projetou com as lutas sindicais e inúmeras correntes de esquerda se firmaram. Sobreveio um período de colaboração de classes, que ainda perdura. O POR lutou incessantemente pela independência política e organizativa do proletariado. O que se converteu em desenvolvimento programático.

O POR se distingue das demais correntes que se reivindicam do trotskismo por se construir como partido-programa. É impensável para os marxistas um partido apoiado tão-somente em análises conjunturais, documentos teóricos, declarações e manifestos. Por mais im-

portantes que sejam tais formulações, não revelam as leis históricas do país que permitem ao proletariado se erguer como força consciente e transformadora.

O Programa do XII Congresso se alicerça na exposição e revelação de tais leis históricas que conformam o capitalismo mundial e suas refrações nacionais no Brasil e que levam à revolução proletária. A leitura do Programa evidenciará o esforço da militância poristas em aplicar o materialismo histórico como instrumento de conhecimento das origens e transformações do capitalismo no Brasil. Verificamos como a classe operária se elevou como a força motriz da revolução socialista. Dela se origina o Programa, e de nenhuma outra classe oprimida. Sem dúvida, este é forjado pelo seu destacamento avançado que assimilou e assimila as conquistas do marxismo-leninismo-trotskismo.

Entregamos aos explorados e à sua vanguarda o novo Programa do POR, objetivando fortalecer suas fileiras.

15 de janeiro de 2014



atravessar a turbulência mundial que tomou novas feições com a pequena recuperação dos Estados Unidos e pequeníssima da Europa.

Observados, porém, os novos acontecimentos em perspectiva e o retorno de velhos desequilíbrios, coloca-se a questão sobre a possibilidade do enorme endividamento interno se converter em um poderoso fator da crise. De qualquer maneira, é considerável o peso do endividamento estrutural do Brasil semicolonial e o montante de juros destinado a remunerar o capital parasitário.

Os abutres têm em suas contas as vantagens trazidas pela redução das taxas de juros e a alta do dólar perante o real para a contabilidade da dívida líquida. E usam de seu poder sobre a estabilidade da economia para colocar o governo contra a parede. Dilma Rousseff responde empiricamente às pressões e se contorce para mostrar que as contas públicas estão sob controle.

A notícia de que haverá uma reanimação nos Estados Unidos aumenta a esperança de que os desequilíbrios poderão ser contornados e o Brasil assim sairá fortalecido da crise que se abriu em 2008. Mas o que se observa é que chegou a hora dos países ditos “emergentes” (na realidade, semicoloniais) pagarem alto preço na sua parte da conta às potências. Pagam sacrificando a economia nacional, a classe operária, os camponeses pobres e camadas da classe média urbana.

A política pró-imperialista e antipopular de Dilma Rousseff

A caracterização de governo burguês pró-imperialista e antipopular pode parecer errada. Afinal, Dilma mantém os programas assistencialistas, fundamentalmente o Bolsa Família. Mas o assistencialismo foi implantado pelo governo pró-imperialista e antipopular de Fernando Henrique Cardoso e aperfeiçoado por Lula. Dilma procurou ampliá-lo um pouquinho mais com o “Brasil Sem Fome”.

As respostas à crise expuseram com maior clareza a orientação do governo voltada ao grande capital nacional e ao multinacional. Em vários aspectos da política econômica, se constata essa afirmação. Parte deles herdados de Lula, como o favorecimento às multinacionais do setor automobilístico. Dilma foi mais fundo na desoneração da folha de pagamento e isenções de impostos. O argumento é o de manter os empregos.

A burocracia sindical compartilha do apoio aos negócios das poderosas montadoras, cobrindo a orientação pró-imperialista com a máscara do sindicalismo de resultados. Ocorre que o custo do “incentivo” bilionário recai sobre os assalariados. A desoneração acumulará argumentos para contenção em gastos sociais e um futuro

ataque à Previdência. Já há uma campanha de setores da burguesia para que se retome a reforma da Previdência. O Banco Mundial apresentou seus cálculos. E os seus agentes internos se encarregam de propalar que o sistema de aposentadoria prejudica o desenvolvimento do País. Na realidade, são as dívidas interna e externa que comprimem as forças produtivas nacionais em uma camisa de força.

Com Dilma, o petismo abandonou de vez a crítica ao neoliberalismo do PSDB. A sequência de privatizações de aeroportos, portos, rodovias e ferrovias destruiu a hipocrisia dos nacionais-reformistas de outrora. O último feito nesse sentido foi a entrega do campo petrolífero de Libra à anglo-holandesa Shell e consorciados.

Houve um momento, no início de seu governo, que Dilma encenou erguer as mãos contra o capital financeiro, em nome da produção, do trabalho e do consumo. Não foi capaz, no entanto, de sustentar a bandeira de redução dos juros e dos altos spreads bancários. E sua adesão à campanha da Fiesp contra a desindustrialização resultou em grande medida em apoio às multinacionais e a alguns grupos nacionais.

A burocracia sindical seguiu as palavras de ordem das multinacionais de protecionismo contra os chineses para, no final das contas, obter acordos de desoneração da folha de pagamento e redução do IPI das montadoras, fundamentalmente. As demissões e a redução das contratações na indústria, não obstante, têm prevalecido. É questão de tempo para que em serviços e comércio a crise se manifeste.

Sob a pressão da burguesia e das agências internacionais do imperialismo, Dilma assumiu uma mudança no critério de reajuste e aumento real do salário mínimo fixado no governo Lula. O reajuste de 2014 foi de 6,78%, de R\$ 678,00 passará a R\$ 724,00. Não cobre o aumento do custo de vida. A miséria se deve em grande parte ao salário mínimo muito aquém das necessidades elementares de milhões.

O ataque aos assalariados é mais profundo do que se pode imaginar. Desde Lula, o governo optou por uma reforma trabalhista a ser feita progressivamente. Está agora em andamento a ampliação da contratação por terceiros (terceirização) e uma alteração na regulamentação do trabalho temporário que agrava ainda mais a precarização das relações de trabalho. A regulamentação favorável às empregadas domésticas – uma antiga reivindicação – nem de longe elimina o caráter antipopular do governo petista.

É necessário que caracterize com precisão o governo de Dilma Rousseff como pró-imperialista e antipopular. Não se pode obscurecer em nada a face do governo petista. Essa tarefa está sob o encargo da burocracia sin-

dical da CUT e da militância petista de direita e de esquerda. A oposição burguesa exige que Dilma seja mais abertamente entreguista e que coloque o Estado mais decididamente a serviço do capital financeiro. O fato de o governo administrar a forma de privatização (rodovias, ferrovia, petróleo, etc.) causa controvérsia, mas não o seu conteúdo entreguista e desnacionalizador.

Colaboração e luta de classes

O que não quer dizer que as massas estejam vendo o

Este folheto resulta da greve estudantil da USP com ocupação da reitoria. Distintamente de outros embates, os estudantes se colocaram pela rejeição da fraude eleitoral, utilizada pela burocracia universitária para eleger o Reitor. Essa greve teve a particularidade de colocar à luz do dia o caráter reacionário da casta burocrática docente e a incapacidade da direção do DCE de levantar as bandeiras democráticas.

A assembleia que aprovou a bandeira de governo tripartite e rejeitou a via da democratização da eleição para Reitor estabeleceu uma linha divisória entre os estudantes e a casta burocrática docente. Colocou que a força social viva, atuante e verdadeiramente interessada na educação se concentra nos estudantes. Essa força está completamente excluída e marginalizada do governo da universidade. No momento em que a assembleia disse – não queremos um Reitor, queremos um governo que expresse os três setores de acordo com o seu peso social, foi dito chega de marginalizar os estudantes que são a maioria e que pagam caro por todas as deformações e decadência da educação administrada pela burguesia.

Está aí por que a reação gritou do outro lado: que continue a imperar a meritocracia, os estudantes estão na universidade apenas transitoriamente, não devem ser arvorar como um poder acima dos honoráveis acadêmicos.

A esquerda centrista que dirige o DCE ficou no meio da polarização. Ou se sujeitaria à posição da assembleia, ou serviria à burocracia universitária. As manobras para bloquear o desenvolvimento da luta sob a bandeira do governo tripartite e para confundir o seu conteúdo acabaram colocando a direção do DCE na trincheira da fração burocrática docente que também pede maior democracia.

A oposição (PCO- LER-QI) que votou na assembleia a bandeira do governo tripartite, defendida pelo POR, por sua vez, não assumiu no dia seguinte a sua defesa. Não se colocou por uma frente única opositora para combater a sabotagem da direção do DCE. Limitou-se às disputas faccionais nas assembleias. Assim, revelou que apenas formalmente

conteúdo de classe da política governista. O crescimento da última década, a redução da taxa de desemprego e o assistencialismo permitiram um apoio dos explorados ao petismo, importante para os interesses da burguesia. A burocracia sindical encontrou espaço econômico, social e político para impulsionar a colaboração de classes e desviar o descontentamento das camadas em condições de reagir à exploração e opressão capitalistas.

Estrategicamente, imperou a colaboração de classes com a ascensão do PT ao poder do Estado, sob a che-

aprovou, sob pressão do momento, a bandeira de governo tripartite.

Este folheto reúne as posições desenvolvidas passo a passo na greve e na ocupação. Não pudemos agregar os panfletos que publicamos, quase que diariamente, devido ao espaço. Os leitores poderão, no entanto, observar a unidade entre as posições políticas do POR e a prática. Temos consciência que não basta aprovar uma bandeira correta, é preciso uma direção revolucionária para permitir que as massas a levem adiante e a imponham pelos seus métodos próprios à burguesia. Essa conclusão também se observará neste folheto. Esperamos que sirva para fortalecer as fileiras do POR e a da Corrente Proletária Estudantil.

A luta dos estudantes da USP em 2013:

O Governo Tripartite expressa a real democracia e autonomia universitárias



**Partido
Operário
Revolucionário**

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DA CLASSE PROLETÁRIA
MASSAS

fia do caudilho Lula. O governo de ampla aliança, nas condições econômicas favoráveis, permitiu que as duas frações que comandam a divisão da classe operária – a CUT e a Força Sindical (ou seja, o sindicato metalúrgico do ABC e o de São Paulo) – se aproximassem e servissem de pilares da governabilidade.

Predomina a colaboração de classes quando as massas são arregimentadas a apoiar um governo burguês como se fosse seu governo. Os estalinistas e reformistas o denominam de “governo democrático e popular”. Em nome da disputa de forças no seio do Estado e da tática de mudar a correlação de forças em favor dos explorados, por meio de eleições, se impõe à classe operária uma variante da política burguesa.

Sob essa orientação, a CUT e o MST ocuparam a linha de frente da colaboração de classes. A Força Sindical aproveitou a ocasião para se potencializar na sombra do lulismo. Não tinha como ficar na oposição, uma vez que os ventos sopravam a favor do governo Lula. Uma poderosa bitola foi montada para comprimir a luta de classes.

Lula aproveitou essa circunstância para criar a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP). Concretizou um plano dos militares de reforçar os instrumentos de contenção e esmagamento da luta de classes. É bom observar que a submissão política dos explorados ao governo burguês fortalece a ditadura de classe da burguesia. A CUT, sindicatos, MST e grande parte das esquerdas não se importaram com a formação da FNSP ou não prestaram a devida importância.

O período de ampla colaboração de classes não poderia ser tão longo quanto imaginavam os petistas. A luta de classes assume a forma mais completa quando as massas passam a lutar contra o governo com seus métodos e bandeiras. Essa era a tendência que despontou no final do regime militar e na transição democratizante. A burguesia a desviou e a conteve. Contou para isso com a direção colaboracionista do PT e com a ausência do partido revolucionário. Inúmeras foram as provas de lealdade que o PT e Lula tiveram de dar aos capitalistas nacionais e ao imperialismo. Em particular, uma delas foi a demonstração de que não apenas controlaria os explorados pela via política, mas também pela via das armas. Esse é o significado fundamental da criação da FNSP.

A intervenção policial do governo federal nas greves das obras do PAC (Jirau, Santo Antônio, etc.), nos conflitos indígenas com latifundiários, nas manifestações de junho e no leilão do Campo de Libra mostrou sem retoques a face de governo capitalista e antioperário de Lula e Dilma. Sob o governo de colaboração de arregimentação dos explorados, as manifestações da luta de classes foram duramente reprimidas.

A questão indígena, que parecia encaminhada por Lula, desandou com Dilma. Os fazendeiros e agroindustriais armaram uma ofensiva para reverter o processo de demarcação de terras. Ascenderam-se os conflitos nas aldeias. A Força Nacional de Segurança Pública se revelou um amplo instrumento de intervenção. Os governos estaduais podem recorrer a seus serviços sempre que necessitarem.

As mudanças na economia vêm erodindo as bases materiais da conciliação de classes. O governo petista não tem como manter oculta sua política pró-imperialista e antipopular. Deverá atacar mais abertamente a vida dos explorados. E burocracia sindical que o apoia não terá como confundir a classe operária com o assistencialismo e com os acordos de preservação de empregos selados com as multinacionais. O freio na criação de postos de trabalho na indústria prenuncia um horizonte de demissões.

O aumento do número de greves no governo de Dilma. Os conflitos indígenas. As gigantescas manifestações de junho. Os protestos estudantis e ocupações de reitorias. As marchas massivas dos sem-teto em São Paulo. A resistência aos despejos de moradores. A reação popular às chacinas policiais. De conjunto, se pode observar que a luta de classes se intensifica.

Eleições, crise na aliança governista e ilusões democráticas dos explorados.

Os partidos da burguesia se preparam para as eleições presidenciais de outubro. O PT está confiante de que a crise por que passou não resultará em derrota eleitoral. O processo do mensalão e a prisão de expressivas lideranças do partido afetou a confiança de uma parcela da classe média. Mas os pobres parecem não ter dado tanta importância. A corrupção é tão ampla e desavergonhada que tudo pareceu briga de compadres.

Na realidade, não se sabe com certeza o quanto a imagem da moralidade foi atingida pelo julgamento de exceção levado a cabo pelo Supremo Tribunal Federal (STF). As massas vão ligar o ocorrido com as respostas que Dilma está dando à crise econômica. O fundamental nesse sentido tem sido preservado. O assistencialismo não sofreu danos. O nível de desemprego não assusta. A corrosão salarial pela alta do custo de vida atinge diferenciadamente as camadas sociais.

O governo se apoia nessas condições para obter nas urnas um segundo mandato. Tudo tem feito para retardar a mudança de linha, embora se manifestem as contradições da crise econômica e cresça a pressão de setores do grande capital. Aguarda-se o resultado das eleições para lançar medidas antipopulares mais ofensivas.

Por esses dados, as ilusões eleitorais das massas em

Dilma Rousseff podem perfeitamente se manter. Não se trata, porém, de um quadro confortável. A coligação governista sofreu um desfalque com a ruptura do PSB e da Força Sindical que formou um novo partido (Solidariedade). Não se sabe ainda com certeza se a frustração de Marina da Silva em constituir seu partido (Rede) - e assim ter se juntado ao PSB para fortalecer a candidatura de Eduardo Campos - jogará a favor ou contra Dilma. Tudo indica que a saída do PSB e a adesão de Marina são prejudiciais ao PT.

O PSDB decidiu-se pela candidatura de Aécio Neves. Não havia nenhum outro nome para substituir o sempre derrotado José Serra. Trata-se de um partido identificado com os planos pró-imperialistas e antipopulares da década de 90 e início de 2000. Ainda está na memória das massas o brutal período de desemprego e desespero das famílias trabalhadoras. Mas continua sendo o grande opositor. Não lhe falta apoio de setores do grande capital e de camadas ativas da classe média urbana e rural.

No caso de segundo turno, a maior probabilidade é que a disputa se dê entre Dilma e Aécio. A incógnita é com quem ficará o PSB/Marina.

Ressalvamos que se trata de uma descrição das forças partidárias a sete meses das eleições. O desenvolvimento da crise econômica pode ganhar uma dimensão que hoje nos é imponderável. Está claro que o capitalismo mundial continua a se contorcer em sua crise de superprodução e de agigantamento do parasitismo financeiro.

O combate contra o desvio das tendências de luta dos explorados para as disputas eleitorais indica que os partidos da burguesia começam a se movimentar nesse sentido. Trata-se de trabalhar amplamente pelas bandeiras e reivindicações da classe operária, dos camponeses, dos indígenas, das camadas pobres da classe média e da juventude oprimida.

Na história política do Brasil, nunca houve um período tão longo de democracia burguesa. Relativamente estável. O presidente Collor foi deposto, mas pela via institucional. Lula esteve próximo de sofrer um processo semelhante, em virtude do mensalão. Ganhou a disputa sucessória. Realizou o segundo mandato sem turbulência. Dilma ficou à margem das condenações dos petistas. Sofreu derrotas no Congresso Nacional. Deparou-se com as manifestações de junho. Mas sua governabilidade continuou firme. Lula e o PT evitaram enfrentar o Supremo Tribunal Federal.

A aliança do PT com o PMDB e a ação da burocracia

sindical contribuíram decisivamente para a estabilidade do regime democrático que sucedeu ao regime militar. Há que contabilizar também a crescente influência dos partidos vinculados às igrejas, especialmente os evangélicos. Atuam ostensivamente nos bairros miseráveis e em setores da classe média pobre.

Seria um erro parar nesse ponto a explicação. O PT se transformou em um partido da burguesia e Lula maneja com perfeição seus dotes de caudilho. O conjunto dos partidos que dão feição à democracia está na dependência do grande capital. Para disputar as eleições, gastam-se rios de dinheiro que fluem das contas dos banqueiros, das empreiteiras, dos industriais e dos latifundiários. A democracia do capital se assenta na ampla corrupção dos partidos e dos seus representantes. E a relativa estabilidade da democracia se deve ao agigantamento do caráter policial do Estado.

Há um precipício entre as massas e as instituições

democráticas do Estado. O PT procurou implantar a ideia de partido popular e de democracia participativa. Em pouco tempo de existência, se distanciou dos explorados e passou a gerenciar os interesses do grande capital.

Também pela primeira vez se tem a legalização de partidos de esquerda. O Partido Comunista Brasileiro, desde seu nascimento, em 1922, conheceu apenas

um breve período de legalidade. Em 1945, se potenciou eleitoralmente. Em seguida, seus parlamentares foram cassados e o partido colocado na clandestinidade. Agora, nenhum dos partidos de esquerda, que vão dos estalinistas aos que se reivindicam do trotskismo, ganhou presença eleitoral. Puderam se legalizar graças à licenciosidade da Justiça Eleitoral, no passado.

As condições exigidas para obter o registro são discriminatórias. O financiamento público de campanha e o acesso à imprensa são monopólios dos grandes partidos burgueses. São escassas as possibilidades de algum dos partidos de esquerda se destacar eleitoralmente e servir de expressão de independência de classe dos explorados.

As esquerdas que se reivindicam do socialismo não são capazes de constituir uma frente que expresse um programa revolucionário e que se apoie no método de ação direta. Acabam assim servindo de fachada esquerdista à democracia do capital.

Ressalta a necessidade de construir o partido marxista-leninista-trotskista. Suas forças serão arrancadas da luta pela independência política da classe operária diante dos aparatos da burguesia e da pequena-burguesia.



A FET foi, desde o início, uma fraude política contra a vanguarda

1. As organizações políticas que integram a Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (em espanhol FIT, N.T.) reconheceram desde o início que a frente foi uma resposta às novas travas proscritivas que a Lei de Partidos Políticos introduzia a partir das eleições de 2011. Em vez de lutar unitariamente para derrubar a Lei, buscaram a forma de tentar a sorte diante do obstáculo das primárias obrigatórias para atingir o mínimo de votantes para poder concorrer nas eleições. Em sua primeira declaração como frente, anunciava o objetivo de criar um *“bloco único classista e quebrar a proscricção eleitoral”*.

2. As divergências, divisões, acusações e manobras estiveram presentes desde o primeiro momento, como se manifestavam na imprensa das correntes que a integram e nos comentários de seus militantes. Porque não se tratava de uma frente que surgia naturalmente de uma experiência anterior nas lutas, nas frentes de massas, de debate fraternal das diferenças políticas, mas sim de uma saída de emergência para superar o obstáculo legal com uma manobra circunstancial.

3. A FET usurpou uma bandeira legítima da vanguarda operária, estudantil e popular, que reivindicava a unidade das forças de esquerda mais combativas, e que essa unidade devia materializar-se nas eleições para poder enfrentar os candidatos patronais. Porém, a unidade foi apenas dos aparatos de três organizações, por cima, que organizaram mesquinhamente a repartição das candidaturas e às pressas foram apresentando um pretenso programa que foi mudando com o tempo (*“programa de urgência”, “pontos programáticos”, “manifesto político-eleitoral”*), sem que se soubesse como se debatia, se corrigia, e que finalidade tinha, já que a campanha eleitoral foi totalmente democratizante. Estiveram ausentes as posições estratégicas da classe operária que timidamente se disfarçavam nos *“programas”* centristas. Seus documentos pretensamente programáticos são uma lista de reivindicações desconexas, que isoladamente perdem sentido programático e prático. As descrições ocupam o lugar dos princípios e fundamentos democráticos. Não permitiram que organizações que apoiavam a FET se integrassem à Frente e participassem dos debates de cúpula, em nome de que não tinham ou haviam perdido o registro legal, nem tampouco permitiam que falassem em seus atos.

As organizações que integram a FET impuseram como condição para pertencer a ela contar com legalidade, com reconhecimento do Estado, e tomariam como referência a quantidade de votos nas eleições anteriores para definir as principais candidaturas. Uma frente que pretendia ser expressão das lutas e da independência de

classe não deveria privilegiar a força do aparato partidário, que estabelece uma relação burocrática com os componentes da frente. Porém, esse critério tem relação direta com o tipo de frente que se quer construir. Uma frente revolucionária deve privilegiar o programa, a política e a penetração no seio do proletariado.

4. Apresentaram-se como uma superação de todas as experiências de frentismo eleitoral anteriores, dizendo que desta vez era uma frente de organizações que se reivindicavam do trotskismo. No entanto, foi só um recurso demagógico. Não apenas não fizeram campanha pública, nos meios de comunicação, nos cartazes, nos panfletos, nos numerosos spots radiofônicos e televisivos, sobre a necessidade da revolução social, da ditadura do proletariado, do governo operário-camponês, do comunismo. Tampouco questionaram as eleições e os métodos parlamentares para resolver as reivindicações dos oprimidos, deixando de dizer que apenas podem ser conquistados pela ação direta das massas. Esteve ausente de suas propostas a questão da expropriação geral da grande propriedade dos meios de produção, começando pelas multinacionais. Mencionar a reivindicação do salário mínimo igual ao custo do sustento de uma família, sem dizer que só pode ser imposto por uma poderosa greve geral, é um engano. Assim, a intervenção vergonhosa nos meios de comunicação, aos quais tiveram acesso como nunca antes, contribuiu para fortalecer as ilusões democráticas. E que pela via legal, parlamentar, democrática, podem ir resolvendo os principais problemas. Trata-se de organizar uma *“agenda”*, apresentar projetos de leis, e conquistar uma *“bancada operária e socialista”, “um bloco de esquerda no Congresso”*.

Em sua crítica às experiências frentistas anteriores, Altamira, do Partido Obrero (PO), havia enfatizado a necessidade de que o programa tivesse uma definição de estratégia política, e criticara o MAS¹ pela inclusão da reivindicação de *governo dos trabalhadores* no programa da Esquerda Unida, por seu caráter democratizante, porque não era entendida como expressão da *ditadura do proletariado*. Referindo-se à capitulação do morenismo diante dos *“23 Pontos”* da Frepu² diz: *“um programa que nega o governo operário e as vias do governo operário e que no acordo programático com o Partido Comunista reivindica não a revolução, mas sim o “aprofundamento da democracia”,*

1 O Movimento ao Socialismo foi o partido criado por Nahuel Moreno, em 1982, teve relativo peso eleitoral com o fim da ditadura e influência no movimento operário argentino, porém se estilhaçou após a morte de Moreno, em 1987.

2 A Frente do Povo foi uma aliança eleitoral formada pelo MAS, Partido Comunista Argentino e outras organizações para as eleições de 1985.

este programa estrangula a iniciativa independente das massas”. Em sua crítica posterior ao PTS afirmaria terminantemente: “O socialismo sem ditadura do proletariado é um velho engana trouxas”.

O POR sustenta que é obrigatório para os revolucionários intervir nas eleições enquanto perdurem as ilusões democráticas nas massas, para ajudá-las a superar estas ilusões e para que possam se orientar pela perspectiva proletária. A condição é intervir com a política da classe operária, com seus princípios, com sua estratégia. Fizemos campanha chamando a votar por um programa, com uma ideia. E dissemos expressamente que não apoiávamos a FET.

5. Todas as organizações que integram a FET e as que a apoiaram são responsáveis, e cúmplices desta fraude política. Todos sabiam que se tratava de um acordo sem princípios, oportunista. Agora as organizações que integram a frente se acusam por usurpações, divisionismo, autopromoção, dissolução da frente, sectarismo, porém todas as acusações que se cruzam estão presentes desde o início desta aventura eleitoral. Os métodos oportunistas, mesquinhos, de construção apenas podem ter como resultado estas crises. Isto ocorre sempre, e todos sabem. E não devemos estranhar que, apesar de todas as acusações que se cruzam nestas últimas semanas, voltem a se apresentar outra vez como frente. O mesmo apareceu depois das eleições de 2011. Por detrás do triunfalismo pela quantidade de votos, aparecia uma disputa feroz pela posse das posições eleitorais conquistadas.

O PO em sua imprensa fez as seguintes afirmações (os “negritos” são nossos):

“...devemos caracterizar a decisão do PTS de **usurpar o assento** da província de Mendoza, que foi obtido pela campanha política nacional e provincial da Frente de Esquerda, e **apropriar-se dele como um monobloco**. A proposta de substituir a formação de um bloco parlamentar por um ‘interbloco’ simplesmente escamoteia essa **usurpação política e rompe a unidade de ação** da Frente de Esquerda.

“Esta **ação faccional** anda de mãos dadas com uma **usurpação política maiúscula**. Ocorre que em Mendoza o eleitorado foi chamado a votar pela Frente de Esquerda e não pelo PTS.

“A proposta em questão não apenas constitui um ato de **usurpação política e de violação do mandato** comprometido diante do eleitorado: não tem outra função a não ser a de uma **operação faccional**.

“...recebemos uma carta assinada pelo Comitê Executivo do PTS em que, de maneira clara e nítida, confirma uma **orientação de ruptura da Frente de Esquerda e a caducidade de seus acordos**.

“...Em meio a nosso ascenso político e do crescimento da capacidade de atração dos trabalhadores em direção ao socialismo, esta **usurpação e este faccionalismo são contrarrevolucionários**.



“Anuncia, antecipadamente, que a frente caducou para os próximos compromissos políticos e eleitorais, e nem se fala da possibilidade de estender esta unidade ao conjunto do movimento operário.

“A fragmentação parlamentar da Frente implica ir em direção a sua caducidade...”

O PO acusa o PTS de usurpador aplicando sua lógica oportunista, ocultando que aplicaram em comum o método da usurpação desde o início. Explicam o que correspondia a uns e outros segundo um regime de compensações arranjado entre quatro paredes. O PO volta a falar de extorsão por parte do PTS, tal como propôs na troca de cartas no início do ano passado. Poderia fazer uma frente com uma organização que é caracterizada como extorquidora? E depois fazer a campanha como se nada tivesse sido dito. E se apresentar às massas como os campeões da unidade. São uns irresponsáveis frente às massas, enganaram deliberadamente sobre que tipo de frente era sua Frente. Os métodos de construção da FET são alheios à classe operária.

6. Se o método tivesse sido o de realizar plenárias abertas durante meses, promovendo a participação dos lutadores, dos ativistas, debatendo programas e ações comuns, sobre uma base operária e socialista e elegendo os candidatos democraticamente, como os mais representativos de toda essa vanguarda, quem poderia animar-se a romper ou usurpar um assento conquistado com esse método? Se alguém tentasse fazê-lo, seguramente ficaria à margem do caminho. Este não é o método que aplicam os centristas.

Desde o começo, se se quer estruturar uma frente política, desenvolver uma experiência política comum, é necessário desenvolver um debate ideológico profundo, fraternal, para esclarecer a natureza de todas as divergências, com todas as correntes da vanguarda, sobre temas centrais que formam a estratégia revolucionária da classe operária. Não esconder as diferenças. Não para paralisar a atividade comum até resolver ou esclarecer as divergências, mas sim para tornar o método de construção absolutamente transparente.

Em sua crítica à construção da FRAL³, Altamira dizia: “Ocorre que os partidos que formam a Fral, como também aqueles que formaram a Frepu, **entendem por acordo principista o que é seu contrário, isto é, o amálgama indiscriminado das mais contraditórias concepções políticas.** Isto explica que o pai de ambas as frentes reconhecidamente foi o improviso e a gestação pelas costas dos militantes e do conjunto do ativismo operário. Uma frente deve sempre partir de uma delimitação de posições, isto é, de uma constatação das divergências, porque é isso o que permite circunscrever e precisar o pacto eleitoral ou de ação, dando-lhes um caráter efetivo e de princípio. (...) A Fral não é uma frente principista, pela simples razão de que as frentes principistas não são improvisadas. **A Fral é uma frente oportunista, e é neste caráter oportunista que residem seus “princípios”.** (“A Estratégia da Esquerda na Argentina”).

Quando o PO ficou de fora da Fral, Altamira dizia: “Somente o método da assembleia operária, estudantil, de bairro, camponesa, pode dar solidez à frente, assegurar sua condição democrática e convertê-la em uma ferramenta própria das massas”.

Referindo-se à questão da representatividade, Altamira diz: “não nos escapa em absoluto que os dirigentes destes partidos dirão que se posicionaram desta maneira por serem os partidos ‘mais representativos’ de esquerda, isto é, aqueles que conseguiram mais votos nas últimas eleições. Este enfoque eleitoral é em si mesmo uma redonda declaração de princípios!”.

E Altamira diz também: “Nestas sete semanas, o Partido Obrero não se limitou, portanto, a reunir-se repetidas vezes com cada um de vocês e com outras organizações igualmente excluídas, mas também desenvolveu uma campanha do movimento operário, estudantil e popular, principalmente nas fábricas ou sindicatos, a favor de uma Frente de Esquerda fundada sobre um programa consequente e na proposta de intervenção ativa das bases militantes de esquerda e dos ativistas sindicais, por meio de assembleias e até de um Congresso de Trabalhadores e da Esquerda”.

Quando o PO teve oportunidade de colocar em prática o método para por em pé uma frente principista e não eleitoral, fez exatamente o que criticava no PC e nos morenistas. Suas acusações contra o PTS são uma impostura. Todos são responsáveis por uma fraude contra a vanguarda. Tal como enunciava Guillermo Lora há 30 anos, o PO seguiu tardiamente os passos de Moreno, e terminaria deslocando-se definitivamente para essas posições.

O PO reprova o PTS com quem elaborou um manifesto eleitoral de 30.000 caracteres como um grande passo político que lhes serviria de referência, no entanto, o mesmo PO não fez propaganda com esse manifesto, o

³ A FRAL (Frente Ampla de Libertação), de 1987, era formada pelo PCA, Partido Humanista e Partido Intransigente.

substituiu em sua campanha por panfletos e imagens em sua página na internet que mostravam uma plataforma de uns poucos pontos bem desbotada, bem na medida de seu eleitoralismo. O manifesto foi um tapa buraco, destinado àqueles que criticavam a ausência de ideias, de programa.

Todos eles foram ganhos pelo oportunismo, não houve nenhum trabalho político coletivo. Todos os acordos político-programáticos foram cozinhados pelas comissões dos partidos sem que se soubesse como se chegou a essas definições, como se resolveu o caráter das campanhas. Não deixaram estabelecidas as divergências em cada ponto. O espírito eleitoral, oportunista, marcou toda esta experiência.

7. O dano político que geraram é enorme, não só com seu democratismo e suas mesquinhas. Geraram expectativas em uma fração da vanguarda lutadora que outra vez verá frustrados seus anseios de unidade, de aparecer como um bloco frente aos candidatos, partidos e blocos patronais. Esta frustração deve ser superada conscientemente, em termos revolucionários, para evitar a desmoralização e apatia que pode provocar em valiosos militantes e ativistas que depositaram com entusiasmo suas expectativas nesta experiência. São cada vez mais numerosos os setores “antipartido” gerados pelas experiências nefastas com os aparatos centristas.

Somente se os operários mais avançados veem as causas deste fracasso, a ruptura da FET será um passo adiante, tornando consciente que não há que se iludir com as eleições, com o parlamentarismo, com estas seitas que renegam do programa e os métodos da classe operária. O fracasso da FET por si mesmo não resolve nada. O bloqueio que antes constituíam para a construção do partido revolucionário muda de forma, se não conseguimos avançar no seio da vanguarda na delimitação política com estas correntes centristas. A FET não é, nem pode ser, por tudo que foi assinalado, uma *frente trotskista* como a apresenta a imprensa burguesa. O trotskismo é contrário ao democratismo. O trotskismo é sinônimo de comunismo, de ditadura proletária, de poder operário, de revolução social, de métodos de ação direta para impor as reivindicações das massas.

Todo o ativismo, incluindo principalmente os militantes das organizações da FET, deve debater um balanço político desta experiência, a fundo. Para poder tirar conclusões sobre como se constrói a unidade, ao redor de que ideias e de que métodos, com a perspectiva de por em pé a frente única antiimperialista e o partido revolucionário da classe operária, para libertar a Nação da opressão imperialista, para fazer a revolução social e para acabar com a ditadura do capital.

Argentina:**Balanço das eleições legislativas de outubro**

As eleições não resolvem nenhum dos problemas da população, tampouco o Congresso e as Assembleias Legislativas provinciais. Verificou-se, como em todas as eleições, de que modo um punhado de chapas torraram enormes quantias de dinheiro para se impor durante a campanha. Caríssimas agências de publicidade apresentaram os candidatos como se fossem produtos comerciais.

As eleições são uma instituição da democracia formal que têm por objetivo fazer crer que todos os cidadãos são iguais na hora de escolher seus representantes. Legítima o sistema “representativo” mediante o qual a participação cidadã se limita a votar a cada dois anos. As formas democráticas são o melhor sistema para ocultar a ditadura da burguesia, que é o verdadeiro poder, e que está nas mãos de uma ínfima minoria proprietária dos principais meios de produção.

As eleições serviram para promover algumas figuras políticas de olho nas eleições presidenciais de 2015. Embora o comportamento eleitoral da população varie notavelmente entre eleições, que incluía a votação para presidente e as eleições somente legislativas, se destaca que 90% dos votos foram dirigidos a candidatos e chapas que defendem a propriedade privada (o capitalismo), votando majoritariamente em seus verdugos.

O kichnerismo continua sendo a principal força eleitoral, ainda que perdendo 20% dos votos em comparação com as eleições presidenciais de 2011, e, mesmo que perdesse o controle do Congresso, nada teria mudado para a população.

Perdeu por vários motivos. Os principais são: elevada inflação, a insegurança e os impostos sobre os salários. Acrescente-se a isto um discurso oficial que deforma constantemente a realidade em que se vive e não responde às reivindicações mais sentidas. Não falamos do “voto castigo”, quando se votou massivamente pelas alternativas eleitorais iguais ou piores que a do próprio oficialismo. O retrocesso eleitoral é um fator de crise política adicional nas fileiras do governo.

Todas as frações da burocracia sindical apoiaram os diversos candidatos patronais. O mais significativo foi a grande derrota de Moyano, que apostou em De Narváez e que, uma vez conhecidos os resultados, começou a se deslocar para o setor de Massa.

É uma novidade, desde 2011, com as PASO (primárias abertas, simultâneas e obrigatórias), que sobrassem poucos partidos e frentes na hora da votação final, e que se distribuíssem as pautas publicitárias e os recursos para imprimir as cédulas muito diferentes das eleições

anteriores, permitindo que apareçam nos meios de comunicação candidatos e chapas desconhecidos da grande maioria.

A participação nas eleições foi importante, atingindo quase 80%, ainda que o entusiasmo das campanhas fosse limitado. Houve uma campanha para lembrar que os não votantes deveriam justificar sua ausência ou seriam penalizados com multas, que, em alguns casos, começaram a se aplicar. Foi evidente a pressão para que se percebesse que o voto é obrigatório.

Na propaganda de todos os partidos e candidatos que se apresentaram, de toda a publicidade nas rádios, televisões e jornais, assim como na propaganda gráfica, não se verificou a presença da política da classe operária. A FET mencionou bandeiras como o salário, aposentadoria ou impostos sem dizer com que métodos serão conquistados, sem denunciar o papel das eleições e do Congresso, nem a necessidade de liquidar o capitalismo. Tendo conseguido 1.200.000 votos (5% do total), 3 deputados (um a mais está sendo disputado em Córdoba) e deputados provinciais, melhorou muito em relação ao seu desempenho anterior. É uma alternativa eleitoral não-patronal, mas não-revolucionária. São democratizantes, contribuem a alimentar as ilusões na democracia. Em alguns lugares, o seu melhor desempenho se deveu ao fato de que suas chapas eram encabeçadas por lutadores reconhecidos.

Os votos brancos e nulos superaram 1.000.000 de votos, o que mostra uma grande rejeição ao eleitoralismo, pois, tendo alternativas desde a esquerda democratizante ao nazista Biondi, deram as costas aos candidatos e chapas. Atingiu os seguintes registros: 6,75% na cidade de Buenos Aires; 340.000 votos na Província de Buenos Aires; 7,50% no Chaco; 11,35% em Jujuy; 6,50% em Neuquén – 23.000 votos –; 6,80% em Rio Negro; 12,4% em San Luis; 7,50% em Santiago del Estero; 12,20% em Tierra del Fuego.

Diante do esvaziamento político de todas as campanhas eleitorais, de todos os candidatos e partidos, a campanha do POR enfatizou o caráter de farsa eleitoral, interveio com panfletos, pichações, cartazes para levantar a voz da classe operária, propagandeando sua estratégia comunista, de revolução e ditadura proletárias. Afirmando que as reivindicações da classe operária só se conquistam mediante a ação direta. Defendendo a necessidade de liquidar a dominação imperialista e expulsando as multinacionais.

(Extraído do Jornal Massas, nº 281, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Nos dias 15 e 16 de fevereiro, se realizou o XII Congresso do POR da Argentina

Foi destacada em sua abertura, pelo delegado do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, a grande importância que teve a realização do Congresso Internacional do CERQUI, em novembro passado, na Bolívia, fortalecendo a luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

O Congresso discutiu e aprovou um documento que caracteriza a situação atual na Argentina. Assinalou como a crise econômica potencia a crise política e qual deve ser a resposta operária. As últimas medidas econômicas resultaram em um duro golpe às condições de vida das massas. Houve uma brusca queda de seu poder aquisitivo, que terá consequências ainda piores devido à retração econômica que se inicia, ameaçando com suspensões e demissões. Essa é a resposta capitalista diante da incapacidade de sair desta situação, que se potencia pelo avanço da crise econômica mundial.

A inflação incontrolável mostra toda a impotência e a incapacidade da burguesia e de seus governos. Sua pretensa política de redistribuição da renda é uma farsa, os grandes capitalistas não deixam de incrementar seus lucros.

A classe operária deve responder com seus próprios métodos de luta, com suas próprias bandeiras, exigindo um salário mínimo igual ao custo das necessidades de uma família de trabalhadores, ajustado mensalmente, acabar com a precarização trabalhista, unificando suas lutas, unindo os empregados e desempregados, aposentados e precarizados. A luta deve incluir a totalidade dos trabalhadores com a unidade a partir das bases. Superar o divisionismo que as direções dos sindicatos e das centrais sindicais impõem, atadas a diferentes frações capitalistas.

O Congresso prestou atenção ao grau de divisão e fração que a burguesia e a burocracia conseguiram impor ao movimento operário e como trabalhar para reverter esta situação, não perdendo a possibilidade de golpear como um só punho.

O Congresso debateu também o avanço da reforma do Estado, como dar resposta à situação das fábricas, oficinas e estabelecimentos organizados sob a forma de cooperativas, para acabar com as condições de superexploração que sofrem, exigindo sua estatização sob controle operário, assim como de toda fábrica que suspenda ou demita. Também debateu as propostas do “ambientalismo”, suas limitações, e como intervir com a política da classe operária para orientar as lutas contra as multinacionais que estão saqueando recursos nacionais.

O processo dos últimos 10 anos, com um crescimento notável da economia, demonstrou a incapacidade da

burguesia para desenvolver as forças produtivas que se encontram contidas e em choque com a propriedade privada dos meios de produção, cada vez mais monopolizados, cada vez mais concentrados nas mãos do imperialismo.

A luta contra o imperialismo, por sua expropriação, sem indenização, pela recuperação de todos os recursos naturais e das empresas, é uma tarefa central. Não pode haver soberania nacional, com o país completamente dominado pelas multinacionais. Esta tarefa é de interesse da classe operária e de todos os oprimidos que sentem o peso da insuportável opressão. O POR deve reforçar a propaganda da frente única anti-imperialista como a tática mestra da classe operária para ganhar todos os oprimidos para a luta sob sua estratégia política.

Para que a classe operária possa se converter em direção de todos os oprimidos, deverá conquistar sua independência política, construindo seu partido revolucionário, o POR, baseado em sua estratégia de revolução e ditadura proletárias. Não há outra saída para a decomposição capitalista que com sua podridão arrasta a Argentina.

O Congresso deu um passo nas formulações programáticas sobre o nacionalismo burguês. Começou a dar resposta à pergunta formulada no Congresso anterior: *Por que as massas continuam presas na armadilha do nacionalismo?* Analisou a história do movimento operário, suas lutas, suas organizações e o papel das diversas correntes políticas, que contribuíram para bloquear a possibilidade de construção do partido da classe operária e de seu programa.

O Congresso aprovou o Estatuto do Partido, que expressa o conceito de Partido que construímos e sua relação com o Programa do POR. Um partido de militantes, baseado no centralismo democrático, em que todos trabalham para a revolução e ninguém vive dele, um partido que se prepara para ser a direção política da classe operária, para concretizar a estratégia política: a revolução social, a ditadura do proletariado, o comunismo. Um partido internacionalista, integrado no Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, que luta pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Este Congresso foi um salto adiante na tarefa histórica, titânica, de resolver a crise de direção proletária. Trata-se de superar as traições e crimes do estalinismo e os desvios foquistas, nacionalistas, democratizantes, que revisaram as teses fundamentais do trotskismo.

Viva o Congresso do POR! Viva a IV Internacional!

Chile

A maioria demos as costas ao circo eleitoral

Agora, lutar por nossas reivindicações!!

Os 60% de abstenção na última eleição presidencial é um claro indicador de como as massas têm demonstrado seu descontentamento e o descrédito na política burguesa e de suas instituições; todos os candidatos coincidiram em caracterizar como um “duro trabalho” a campanha eleitoral; vociferando porta a porta nos bairros mais pobres com o chamado a votar e gastando grandes quantidades de dinheiro, que chegaram a milhares e milhares de dólares, o diametralmente oposto à realidade desses setores, onde já não se consegue nem para comer.

A mais alta abstenção se realizou nas comunidades mais pobres do país, desta maneira ficou demonstrado que a ilusão destas massas no democratismo burguês se foi diluindo e isso se agudizará mais quando Bachelet começar a dilatar no tempo suas promessas feitas. Tal como ocorreu no seu mandato anterior, quando não cumpriu o acordo com os Diaguitas, habitantes do Rio Huasco, prometendo-lhes não permitir a entrada da empresa Barrick Gold no território, não obstante privilegiou esta empresa imperialista, demonstrando assim seu servilismo ao grande capital transnacional, o que levou à perda de 70% da água dos rios perenes, com sua consequente contaminação de cianureto e mercúrio; e de forma ainda mais matreira, contra a das comunidades originárias, o que destruiu por sua vez importantes setores produtivos que davam vida a esse Vale, tanto na economia regional como na nacional.

A escassa representatividade parlamentar, produto da grande abstenção eleitoral se refletirá na mobilização social, que é a que demanda reivindicações primordiais, que por décadas têm sido postergadas. Entre o parlamentarismo e a ação direta, as massas optam neste momento histórico pela segunda alternativa. Única possibilidade de arrancar a solução imediata para seus problemas. A reeleição de Bachelet se deveu ao apoio dos exploradores transnacionais e da grande burguesia nacional, em detrimento direto de setores da burguesia mais débil e da pequeno burgue-



sia, (médios e pequenos empresários, comerciantes menores, serviços, professores, médicos e profissionais em geral), que não têm nenhuma possibilidade de desenvolvimento dentro deste modelo. A ala liberal da direita pinochetista está buscando um novo referencial político que lhe faça retomar a credibilidade nessa burguesia marginalizada da partilha dos recursos obtidos pelo grande capital, ou seja, que a voracidade do grande capital não lhe dá participação, nem para a pequena e média burguesia e menos ainda para as grandes massas despossuídas.

A precária margem de votação e representatividade com a qual a nova administração exercerá o poder está garantida somente pela institucionalidade da Constituição pinochetista, a que sustenta o regime de repressão sistemática contra as aspirações e mobilizações dos oprimidos, como é a militarização policial das comunidades mapuche no sul do país. Repressão à qual se somam hoje as políticas contrarrevolucionárias históricas do Partido Comunista estalinista chileno, que, ao assumir o novo governo, já não poderão ser o obstáculo que têm sido sempre nas mobilizações populares, posto que agora são parte do aparato repressivo estatal.

A Presidenta eleita se viu obrigada a aceitar e incluir dentro do programa de seu futuro governo as demandas dos movimentos sociais como as dos estudantes, funcionários públicos, e povos originários como Mapuche, Diaguitas, Rapanui entre outros. As soluções que a partir do Executivo se estão colocando para

o que as massas estão exigindo são diametralmente opostas, como é o caso da educação por exemplo. O movimento exige acabar com a municipalização e que o Estado garanta uma educação gratuita e pública e que através disto exista igualdade para todos no acesso à instrução pública, mas Bachelet foi clara e categórica em sua proposta, já que a solução que propõe é o aumento das subvenções para as empresas privadas de educação, com o que seguirá fortalecendo e sustentando o modelo neoliberal aplicado no setor.

O papel que joga aqui o estalinismo (PC Chileno) é a manutenção do capitalismo imperialista e do grande capital nacional. Fica demonstrado que não tem escrúpulo algum em entrar em acordos programáticos com o Partido Democrata Cristão, acordos que sustentarão o apoio incondicional ao governo de Bachelet. Não nos esqueçamos que, antes destas eleições, Bachelet e Tellier (presidente do Partido Comunista), não tiveram nem a mínima decência em se reunir com David Rockefeller no Centro Financeiro de Nova York, em uma refeição copatrocinada pela empresa mineira Barrick Gold, responsável direta pela destruição e morte dos rios perenes de Toro I, Toro II e Esperanza. Além disso, participaram da tal palestra empresas como City Bank, JP Morgan, e Nestlé entre outras; onde puderam escutar a candidata Bachelet enaltecer seu ex-ministro estrela Andrés Velasco em sua exitosa gestão econômica, que favoreceu estas grandes empresas, em detrimento do país e das grandes maiorias exploradas e oprimidas submetidas ao grande capital transnacional. Isso é o estalinismo, servil defensor do capitalismo na época do modelo neoliberal, que chegou a limites inesperados em comparação ao que já se expressava nos anos 30 e até faz muito pouco.

Nestas eleições, o estalinismo jogou um papel fundamental porque oxigenou o conglomerado político da ex-Concertação - hoje "Grande Maioria". O Partido Comunista, através de seus líderes juvenis, como são Camila Vallejos e Carol Cariola (hoje deputadas) começou sua campanha em 2011 utilizando as mobilizações estudantis e a grande cobertura que lhe deram em nível nacional e internacional os meios de comunicação burgueses, espaço que foi negado a todos os dirigentes de base acusados de terroristas, criminalizando assim a ação direta; isso levou a que as massas estudantis vissem frustradas suas aspirações por não haver conquistado nada, o que se traduziu em uma

mais traição do PC chileno, que levou a luta dos estudantes para os canais institucionais (desviando a ação direta das massas, como é seu costume). De forma paralela, a direção do PC chileno tratava com a Democracia Cristã, o Partido pela Democracia e o Partido Socialista, trabalhando o programa para as eleições presidenciais, senatoriais, de deputados e Conselheiros regionais de 2013.

Com esta intervenção, o PC chileno deu um grande respiro para este novo conglomerado, mas desta vez efêmero, porque as massas seguirão nas ruas, buscando solução para seus problemas e ainda mais, se agudizarão, porque as soluções se estenderão no tempo, como se pode ver nas declarações de Bachelet e seus assessores.

A abstenção deve transformar-se em um instrumento de ação revolucionária, porque nada podemos esperar destas coalizões burguesas que ocupam o espectro político nacional e daí a necessidade de lutar contra as políticas antioperárias, antipopulares estabelecidas pela Constituição tão respeitada por todos esses "conglomerados" e uma das formas principais é a criação de sindicatos únicos por ramos de produção, organizações territoriais que lutem pela educação, saúde, saneamento dos bairros, ou seja, criar cordões industriais de unidade populacional camponesa, operário-estudantil, eleição de delegados de bases, única forma de conquistar a independência política e organizativa com o reforço dos organismos de base, única forma de sustentar uma política revolucionária em favor dos interesses dos despossuídos, tanto do campo como da cidade, que deve encabeçar um Partido Operário Revolucionário ligado diretamente com o Partido da Revolução Socialista Mundial, que estamos reconstruindo a partir do Cerqui, como principal referência que servirá para destruir o decadente e putrefato capitalismo.

Lutamos por conseguir a unificação das lutas e solidariedade entre todas as camadas dos explorados, marginalizados e oprimidos pelo grande capital transnacional, sob a direção política da classe operária, de sua estratégia, aplicando a tática de Frente Única Antiimperialista, que se transformará em eixo para a destruição da grande propriedade capitalista e sua ditadura.

PELA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

Chile:

Estudantes exigem estatização da educação

Por defender a educação pública e gratuita, quase mil estudantes foram detidos. Está na hora de avançar e lutar pela expropriação de todo sistema privado

Há três meses, uma onda de protestos tomou as ruas chilenas exigindo a reestatização das universidades públicas, cujos cursos custam até U\$ 8,500. Retomam os combates da “Revolução Pinguim” de 2006, mas agora se juntam a eles os aposentados, que viram seus benefícios privatizados jogadas na especulação. Os mineiros também saíram às ruas e fizeram uma greve geral contra a ameaça de privatização de estatal CODELCO. No dia 4 de agosto, 527 estudantes foram detidos por protestar. A repressão se justificou pelo decreto pinochetista que exige que as mobilizações sejam autorizadas.

O modelo chileno

No Chile, a educação pública não é gratuita. Durante a ditadura de Pinochet (1973-1990), a educação foi municipalizada e privatizada, a gratuidade foi destruída em todos os níveis e o financiamento estatal das universidades públicas foi reduzido ao 25%. O setor privado também é subsidiado pelo governo mediante a **compra de vagas**. Desde 1990 até 2010, os governos da Concertação, que juntou socialistas, democratas-cristãos e liberais, mantiveram a mesma orientação para a educação, do mesmo modo que o atual governo direitista de Sebastian Piñera. A destruição da autonomia universitária não pode significar outra coisa que o predomínio dos interesses dos grandes grupos econômicos.

As direções estudantis, em acordo com os reitores, limitam as reivindicações de reestatização da educação pública mediante um orçamento de U\$ 1,8 bilhões ao ano. É necessário ampliar a luta e defender a expropriação de toda a rede privada de educação. Os capitalistas destruíram a gratuidade com a violência da ditadura de Pinochet à custa de 3.197 assassinatos. Estes parasitas já lucraram muito neste setor. Estatizar somente as públicas manterá a grande maioria da juventude chilena fora da educação superior.

O fenômeno da privatização, entretanto, não é exclusivo do Chile. É parte da política geral da burguesia para educação ditada pelos organismos do imperialismo, expressando a decadência do capitalismo. A destruição da educação pública e o florescimento da educação privada são duas caras da mesma moeda. A forma em que este fenômeno ocorreu, por exemplo, no Brasil, mostra que a coexistência do público com o privado leva à destruição



do público, porque se a educação é tratada como mercadoria, de acordo com a OMC, os subsídios estatais são considerados como concorrência desleal. Não lhe basta ao setor privado concentrar quase 90% das instituições de educação superior. A mercantilização penetra também nas públicas, principalmente por meio das fundações. Na Argentina, avança a privatização da educação em todos os níveis. Durante 2010, ocorreram importantes conflitos de estudantes secundaristas e universitários que lutavam contra a destruição da escola pública, destruição manifestada nos prédios caindo aos pedaços, escolas sem aquecimento, etc. Por seu turno, o processo de privatização penetra na universidade pública mediante o financiamento privado.

É importante lembrar que o modelo chileno foi aplicado na Colômbia e inspira parlamentares do Brasil, onde hoje se discutem 14 projetos de Lei para que se comece a cobrar mensalidades nas universidades públicas. A melhor forma de demonstrar a solidariedade aos estudantes chilenos em luta é criar uma poderosa campanha internacional, particularmente na América Latina, pela expropriação de todo o sistema privado e a criação de um sistema único de educação pública, gratuita, laica e vinculada à produção social.

Nossos inimigos são os mesmos. A mercantilização da educação atende aos interesses do imperialismo, principalmente ao domínio do capital financeiro. Neste combate pelo direito democrático à educação é fundamental manter a independência em relação à burocracia universitária e à burguesia, e constituir uma aliança com a classe operária, sob seu programa. Para que o movimento chileno prossiga até o fim e derrote os planos imperialistas de privatização é necessário a unidade internacional da juventude latino-americana.

Egito: ditadura implanta nova Constituição

Lições dos acontecimentos revolucionários e contrarrevolucionários

A casta militar que controla o Estado egípcio não aceitou a Constituição elaborada pelo governo de Mohamed Morsi. A oposição liberal se rebelou nas ruas pela derrubada do governo eleito. Criaram-se, assim, as condições para o general Abdel-Fattah al-Sisi liderar um golpe em 3 de julho.

Militares e liberais burgueses e pequeno-burgueses - apoiados na classe média - se uniram para acabar com o governo da Irmandade Muçulmana, classificá-la de terrorista, colocá-la na ilegalidade e desmontá-la por meio da repressão. O golpe resultou em matança, prisões e perseguições policiais contra partidários da Irmandade. Os liberais apoiaram a carnificina e toda sorte de arbitrariedade.

Os acontecimentos desencadeados a partir de 3 de julho mostraram que o afastamento do general-ditador Hosni Mubarak, em 11 de fevereiro de 2011, foi obra a cúpula militar para evitar que as massas o fizessem. A revolução democrática foi abortada. Mas o fundamental está em que as massas que desencadearam o movimento em fins de janeiro não contaram com uma direção revolucionária.

Os liberais, os islâmicos e organizações esquerdistas da pequena-burguesia estiveram unidos em torno da solução militar. Incentivaram a confiança dos explorados nas Forças Armadas. Afastado Mubarak, coube ao Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) realizar a almejada transição democrática, cuja finalidade última foi a de convocar eleições legislativas e presidencial.

A casta militar, liberais e esquerdistas democratizantes não avalia-



ram corretamente a possibilidade de a Irmandade Muçulmana ganhar a maioria legislativa e a Presidência da República. No dia seguinte às eleições legislativas, em fins de 2011, o Conselho Supremo estava pronto para impor as condições de funcionamento do parlamento. Dissolveu a Assembleia Constituinte criada em março de 2012 pelos parlamentares de maioria islâmica (Irmandade e Al-Nour). A Corte do Cairo acatou a impugnação dos liberais e da minoria cristã, sob a justificativa de que não representava toda a sociedade e expressava apenas a facção islâmica. Na realidade, os militares não admitiam uma Constituição que lhes restringisse os poderes montados pelo longo período de ditadura.

Eleito, Morsi não pôde contar com o parlamento, uma vez que havia sido dissolvido pouco antes do segundo turno que lhe deu a vitória. Ao seu lado, governava o Conselho Supremo das Forças Armadas. As

eleições nada mudaram do velho regime militar.

O primeiro presidente eleito em eleições livres - uma conquista democrática burguesa obtida à custa de sangue dos explorados - nasceu morto. Não governava. Morsi ensaiou autoridade. Destituiu do comando das Forças Armadas Field Marshal Muhammad Hussein Tantawi. Colocou em seu lugar o general al-Sisi e o nomeou ministro da Defesa. A tentativa do presidente de enfeixar em suas mãos os poderes, neutralizando o CSFA e removendo militares, logo se mostrou quixotesca.

A retomada dos trabalhos para redigir a nova Constituição, desta vez, esteve sob a responsabilidade da presidência. Morsi se viu obrigado a baixar decretos que lhe garantissem autoridade. Nenhum outro poder do Estado podia dissolver a Constituinte, nem contestar a Constituição. A oposição liberal e a esquerda democratizante formaram

a Frente Unida de Salvação (NSF) e passaram a recrudescer a contestação ao governo por meio de manifestações. A juventude de classe média atendeu ao chamado do Tamarod (Revolta) exigindo o fim do mandato da Irmandade Muçulmana, representada pelo Partido Liberdade e Justiça (FJP).

O Egito se dividiu entre islâmicos xiitas da Irmandade, de um lado, e liberais e democratizantes, de outro. Os islâmicos sunitas se perfilarão por trás dos militares. A crise econômica e a inércia do governo em amenizá-la potenciou a oposição. A balança pendeu para os adversários, com milhares e milhares exigindo a renúncia de Morsi.

Os militares esperaram o agravamento da crise política para retomar a direção do Estado. Desta vez, podiam desfechar a brutal repressão. Seria dirigida agora contra um alvo determinado. E contavam com uma base social para o golpe. Tragicamente, os militares se valeram de uma parte significativa das massas que lutaram na Praça Tahir pelo fim do regime de Mubarak.

Derrubado o governo da Irmandade, o Conselho Supremo das Forças Armadas instituiu uma Comissão Constituinte. Seus 50 membros foram escolhidos a dedo.

Nos dias 15 e 16 de janeiro de 2014, foi realizado o plebiscito. Compareceram 38% dos votantes. 95% disseram sim à Constituição da ditadura. A Irmandade convocou o boicote. Sob intensa repressão, não pôde se pronunciar, a não ser clandestinamente. Apurou-se uma dezena de mortos. O plebiscito ocorreu protegido pelas Forças Armadas.

A fraude plebiscitária foi empapada de sangue. Lembremos que o golpe militar que derrubou Morsi deixou mais de 1000 mortos nas fileiras da Irmandade. Número esse superior ao dos mortos do levante

que derrubou Mubarak

Mais uma vez, liberais e esquerdistas democratizantes se sujeitaram à reação. É preciso assinalar que os salafistas (sunitas, adversários dos xiitas) se colocaram do lado dos golpistas e acabaram participando da Comissão Constituinte.

Os militares garantiram o fundamental de sua exigência: as Forças Armadas continuam com sua total independência e o Judiciário permanece como um poder vinculado à casta dominante. Criou-se um Conselho de Segurança Nacional. Os tribunais militares poderão julgar civis – está aí o papel das Forças Armadas em decidir o que é crime político, o que é atentado à segurança nacional, etc. O Judiciário poderá dissolver um partido político.

Os defensores da Constituição da ditadura ressaltam que, diferentemente da Constituição aprovada no governo de Morsi, nela as mulheres estão protegidas, determina-se a igualdade com os homens, dá garantias à liberdade de expressão, de religião, estipula-se a separação de poderes, subordinam-se as leis nacionais aos direitos humanos internacionais, entre outras bondades democráticas dos generais genocidas.

Espera-se que, com o esmagamento da Irmandade Muçulmana e passada a crise política, o Egito entre em uma etapa de estabilidade com uma possível vitória do candidato militar al-Sisi. Não parece que este seja o horizonte. Os fatores econômicos, sociais e históricos que levaram as massas às ruas continuam presentes.

Os acontecimentos revolucionários e contrarrevolucionários que se desenvolvem no Egito desde janeiro de 2011 trazem importantes lições. O fundamental delas é que as massas oprimidas sem o partido revolucionário e sem que encarnem o programa da revolução social não

têm como triunfar em sua luta contra a ditadura de classe da burguesia.

A avaliação de que houve uma revolução democrática se mostrou falaciosa. Ao contrário, a lição é que não é possível na fase de putrefação do capitalismo uma revolução democrática que não esteja sob a direção do proletariado e que não tenha como sequência imediata a revolução socialista. Essa tese da revolução permanente do Programa de Transição da IV Internacional se verificou plenamente no Egito. A oposição liberal, de um lado, e a islâmica, de outro, não poderiam encarnar as transformações democráticas que se converteriam em transformações socialistas. Não poderiam impor ao imperialismo a independência nacional e colocar nas mãos dos explorados o poder econômico do País.

A caracterização de que houve uma revolução democrática serviu para mascarar o regime ditatorial que permaneceu intacto, após o afastamento de Mubarak, e obscurecer o conteúdo contrarrevolucionário do golpe de 3 de julho.

O Conselho Supremo das Forças Armadas aboliu as limitadas liberdades democráticas, conquistadas com a queda de Mubarak. Impingiu uma Constituição que mantém os seus poderes ditatoriais. Impôs uma lei eleitoral ajustada à candidatura de Al-Sisi. As massas oprimidas estão passando por uma dura experiência com as direções liberais e islâmicas e com o poder das Forças Armadas. Por meio da luta de classes, cedo ou tarde, despontará uma vanguarda que se colocará pela construção do partido marxista-leninista-trotskyista, como parte da reconstrução da IV Internacional.

A classe operária do mundo inteiro deve se colocar sob a bandeira de abaixo a ditadura militar, sua Constituição e a fraude eleitoral.

África: palco dos choques comerciais das potências e campo de conflitos bélicos

O continente africano está no centro das violentas relações econômicas e políticas decorrentes da desintegração capitalista mundial. Por isso se constitui num laboratório social onde as forças históricas da barbárie e o socialismo definem o rumo da humanidade para o próximo período.

É a agonia em que se contorce o capitalismo e sua obstinada sobrevivência sobre os ossos do proletariado e a cultura humana o que nos obriga a analisar o curso mais geral do desenvolvimento da crise capitalista atual e do continente. E também nos obriga a indicar as armas teóricas, organizativas e táticas que sirvam aos explorados para se juntarem às tradições revolucionárias do marxismo-leninismo-trotskismo.

O Capital financeiro começou encadeando as economias nacionais africanas...

Nos anos 90, a contrarrevolução capitalista mundial se afirmava. As conquistas nacionais, democráticas e sociais resultantes das revoluções nacionais africanas começavam a ser liquidadas. O imperialismo impunha um brutal retrocesso às massas, subordinava seus governos e criava as condições materiais para controlar as forças econômicas com o objetivo de saquear as riquezas continentais.

Nesse processo, se destaca o crescimento da dívida externa, que travou o desenvolvimento nacional devido ao fato de grande parte da riqueza criada ser consumida pelo parasitismo financeiro. De fato, o total da dívida do continente cresceu quatro vezes mais do que os ingressos por importação. O continente africano recebe 13 bilhões anuais em empréstimos e devolve 15 bilhões como pagamento do capital e os juros. Operou-se uma sangria monumental de valores criados que passaram às mãos do capital financeiro. Reparemos, de passagem, que a dívida de todo o continente com o imperialismo chega aos 300 bilhões de dólares.

A tudo isto há que acrescentar os chamados *Programas de Ajuste Estrutural* (PAE) do FMI e do BN que obrigaram à redução dos gastos públicos, aumentar as exportações de matérias primas, eliminar barreiras alfandegárias, privatizar empresas públicas e recursos estratégicos, que facilitaram a penetração das multinacionais. Gana, por exemplo, sob estas medidas, privatizou mais de 130 empresas públicas, incluindo a mineração, principal fonte de recursos de exportação do país. Ademais, eliminou todas as restrições alfandegárias e subsídios à saúde e educação públicas. Sob essas condições, o desemprego pulou a 20%, subiram os preços de alimentos e serviços essenciais. 78% de sua população vive com um dólar por dia e 75% não tem acesso a serviços de água, esgoto, nem gás.

Enquanto as multinacionais possuem 85% da indústria de mineração e reexportam 95% dos seus lucros ao exterior.

.... para depois determinar como serão saqueadas suas riquezas pelos monopólios

A dívida externa foi a cabeça-de-praia para o desembarque dos monopólios norte-americanos no continente. Criou as condições políticas e econômicas para tomar de assalto parte vital de sua economia. A importância estratégica de penetrar na África decorre da sua situação geográfica privilegiada, com rotas marítimas diretas para Europa, América e Ásia. No seu subsolo, estão 9% das reservas mundiais de petróleo, com um potencial de 100 mil barris. Suas características geológicas particulares, de acordo com especialistas, propiciam que o “índice de êxito” das perfurações seja de 50% (no resto do mundo chega a 9%). Conta ademais com 90% das reservas mundiais de cobalto, 90% de platina, 40% do ouro, 98% do cromo, 64% do manganês e um terço do urânio. Concentra ademais um enorme destacamento de força de trabalho de reserva subutilizada e barata. Quer dizer, conta com recursos e capacidade de produção que permitiriam uma saída transitória à crise capitalista mundial, sob condição de estarem subordinados aos interesses dos monopólios e do imperialismo.

Seus habitantes naturais são expropriados brutalmente de exercer a soberania sobre estes imensos recursos e impedidos de explorar suas próprias riquezas para desenvolver suas economias nacionais e elevar material e culturalmente sua enorme população. Essas riquezas existem como potenciais reservas mundiais para contabilidade e lucro dos monopólios. Enquanto a esmagadora maioria dos seus habitantes está desprovida até de insumos indispensáveis para a sobrevivência.

Um continente balcanizado pelas potências

Para o imperialismo norte-americano e europeu, controlar essas fabulosas riquezas implica impor pela força as condições para a expansão dos seus negócios. A balcanização africana, pisoteando a soberania e autodeterminação nacionais é, em última instância, um direito que se atribuem em função de seus interesses comerciais estratégicos. Seus objetivos se concentram, no momento, na determinação das parcelas que correspondem a cada potência na exploração da África, em manter inexploradas parte das riquezas para impor o curso mais geral dos preços das matérias-primas no mercado mundial e determinar a divisão das zonas de influência correspondente a cada potência.

As multinacionais se apoiam no servilismo de seus

governos nacionais para saquear as riquezas e domesticar a mão-de-obra, praticamente escrava. Um caminho para garantir sua penetração saqueadora foi o de sustentar artificialmente a instabilidade econômica, política e social dos países africanos. O imperialismo norte-americano, por exemplo, mantém a Somália (com grandes reservas de petróleo, gás, urânio, ferro, estanho, bauxita, cobre, etc.) sumida no caos e coloca a ONU como polícia de seus interesses para limitar o apetite de seus concorrentes, principalmente a China.

Outro caso exemplar é o do Sudão. Este país tinha uma das maiores reservas de petróleo do continente. Lá já operava a TOTAL, principal monopólio petrolífero da França. Era de fato, um protetorado francês. Entretanto, as empresas estatais chinesas conquistavam posições no governo para ganhar, mediante licitações, os poços ainda inexplorados (60% do total). Avançava mediante acordos comerciais e construindo a infraestrutura necessária (portos, ferrovias, logística do transporte) para canalizar a produção rumo ao Oceano Índico, por onde a China se abastece.

Os Estados Unidos se dispôs a bloquear a penetração chinesa e impulsionou um movimento separatista, o Exército de Libertação dos Povos Sudanês (ELPS), o qual financiou, apoiou e treinou usando Uganda, Etiópia e Eritreia. Sudão do Sul nasceu formalmente de um plebiscito que, em 2011, proclamou sua “independência”. De fato, apenas “legalizou” o golpe dado pelos Estados Unidos. E ficou assim com 80% das reservas de petróleo, que rapidamente passaram à mãos norte-americanas.

China avança na África e se choca com o imperialismo norte-americano

Noutro artigo, assinalávamos que: “A China é hoje, de fato, a principal sócia comercial da África. Seu intercâmbio comercial aumentou em 100% nos últimos cinco anos. Já no ano 2000, os investimentos chineses se concentravam na indústria do petróleo e gás. E atingiam um total de 200 bilhões de dólares em todo o continente africano: o dobro do comércio entre os Estados Unidos e a África” (Massas 466, POR Brasil).

Nos últimos anos, inundou de capitais e mercadorias o continente. Na Etiópia, 90% dos produtos manufaturados que se vendem no mercado nacional são de procedência chinesas. E também vem aumentando nos outros países. Burkina Faso não tinha nenhuma relação comercial com a China. Hoje, dois terços de suas exportações se destinam a esse país. Em 2005, Angola era o principal provedor de petróleo da China, na frente até da Arábia Saudita. O que resultava numa maior autonomia da China diante das cotas que os Estados Unidos impunham através dos países árabes. A China importa da África algodão, cobre, ferro, ouro, platina e petróleo. Seu crescimento industrial e sua voraz necessidade de matérias-primas a coloca na dependência de sua pene-

tração na África.

Os preços mais baratos dos manufaturados chineses é um problema para o imperialismo, que é deslocado dos mercados. Mas, também são outro problema seus empréstimos. O imperialismo critica os “empréstimos suaves” chineses porque rivalizam com o papel atribuído ao FMI e ao BM. Um exemplo é Zimbábue, que recebeu da China 200 milhões de dólares e rechaçou empréstimos do imperialismo realizados através da África do Sul, que lhe exigia liberar sua economia para penetração dos monopólios e capitais. Condicionar a partir do Estado a penetração de capitais e exigir sua parcela do lucro por isso fez com que a burocracia cívico-militar que governa Zimbábue favorecesse os chineses acima do imperialismo. A China emprestou dinheiro sem exigir que abrisse sua economia. Desse modo, a relativa autonomia na negociação por parte de alguns governos africanos constitui um obstáculo para os negócios, os quais precisa remover.

A atual importância estratégica da África como reservatório de matérias-primas, mercados e força de trabalho a ser explorada coincide com o declínio da restauração capitalista na China como a locomotiva da valorização de capitais. Serviu como válvula de alívio ao capitalismo mundial e suas contradições e para se contrapor à queda média de lucro. Ao mesmo tempo se transformou em exportadora de manufaturados e dependente da importação de matérias-primas. A dinamização de suas forças produtivas serviam às necessidades do capital financeiro. Entretanto, isto provocou mais do que a potenciação dos desequilíbrios mundiais, criando as condições para modificar violentamente as relações entre as potências. Empurrou a China e os Estados Unidos à guerra comercial pelo controle das fontes de matérias-primas e suas reservas de petróleo, gás e minérios.

Ao lado da Ásia, passam pela África as rotas por onde colidirão a China e o imperialismo. Em seus territórios, a internacionalização dos conflitos nacionais e as guerras civis serão o preâmbulo obrigado de um choque bélico mais aberto e maior alcance mundial.

Fabricar guerras civis e conflitos religiosos para garantir os negócios do capital

Um recurso para a balcanização e multiplicação das fronteiras na África é promover os movimentos religiosos e tribais por métodos militares para impulsionar, depois, novos movimentos separatistas. A fragmentação territorial baseada na guerra civil, sob máscara religiosa ou tribal, são implementadas de acordo a como se manifestam as oscilações das forças entre as potências mundiais no âmbito dos acordos comerciais e a penetração dos monopólios em suas economias nacionais.

Em cada guerra que rasgou o continente, estavam por trás uma ou outra potência. Nas últimas doze guerras na África, os Estados Unidos, por exemplo, proporcionou

armas, treinamento e financiamento a onze dos participantes (Angola, Ruanda, Moçambique, Congo, etc.). Nas últimas décadas, enviou um bilhão e meio de dólares em armas e treinamento a países africanos em guerra. Forneceu “ajuda militar” a outros 50 e vendeu armas e programas de formação militar no valor de US\$ 227 bilhões.

Na República Centro-africana, a França colocou recentemente 1.600 homens, apoiada pela União Europeia, que enviou outros 1.000 soldados e se somam aos 6.000 efetivos da União Africana (MISCA). A movimentação das tropas durará 6 meses com o pretexto de proteger civis da guerra civil. Desse modo e, sob a acusação de ser responsável de genocídio, o imperialismo forçou a saída do governo de Michel Djotodiá, que pertence à Seleka (guerrilha muçulmana em guerra com as “autodefesas” cristãs) e chegou ao poder depois de triunfar no seu assédio à capital Bangui, em 2013. Naquela ocasião, o imperialismo europeu apoiou o golpe. Sob novas condições, potencializou os choques inter-religiosos e incentivou a brutalidade do governo muçulmano para depois decapitá-lo, com a ajuda do Chade e outros países limítrofes, sob a máscara da defesa dos cristãos assassinados.

Vemos assim como a religião serve como base de manobras do imperialismo para proteger seus interesses e reivindicar seu direito de saquear as riquezas. Impulsionar movimentos radicalizados e promover as guerras fratricidas é outra de suas tantas táticas das que se utiliza o imperialismo. Na prática, tem servido às potências como elemento funcional a sua política de intervenções militares. E paralelamente se constitui num bloqueio à consolidação de um movimento revolucionário nacional baseado nos métodos e estratégias do proletariado mundial. Em todo caso, há que se notar que o imperialismo é obrigado a intervir sob as condições históricas criadas pelo desenvolvimento econômico e social dos países. Isto por sua vez, acarreta-lhe graves contradições na hora de realizar manobras e acertar contas com os movimentos nacionalistas e religiosos radicalizados.

A opressão se assenta sobre formas históricas impostas pelo imperialismo

Europa tem ainda um importante domínio político e econômico sobre grande parte da África. É a consequência histórica do seu colonialismo imperialista da fase mercantil do capitalismo. O imperialismo europeu, principalmente o francês, tira e põe ditadores, intervêm militarmente sem a ONU e até controla a estabilidade das reservas e créditos de treze países que compartilham o denominado franco CFA (Franco da Comunidade Financeira Africana). Divisa que a grande burguesia francesa desvaloriza e revaloriza de acordo com seus negócios especulativos. Estes treze países, cinicamente chamados de “independentes”, são todos ex-colônias francesas. Trata-se de Togo, Senegal, Benin, Burkina Faso, Cama-

rões, Congo, Chade, Gabão, Nigéria, Guiné Equatorial, Mali, Costa de Marfim e República Centro-africana, recentemente invadida por tropas francesas. Neles, a França continua ditando seus interesses e controlando os ramos-chaves da indústria nacional, bancos e comércio internacional.

Noutras palavras, são uma extensão extraterritorial dos domínios da oligarquia financeira francesa. Se a moeda, reservas cambiais e créditos desses países estão amarrados às suas manobras financeiras, isto espelha em que medida a integração de suas economias nacionais são uma extensão dos negócios dos monopólios e dos bancos franceses. Por isso é que se declara com todo o direito, como o tem feito, de ocupar militarmente seus territórios para salvar-se das perdas que teria por uma guerra civil.

Não menos cínica é a declaração humanitária dos Estados Unidos que, como pretensão “baluarte da democracia” exige o seu direito a intervir na África. Os Estados Unidos importam 15% do petróleo que consomem. Seus negócios petrolíferos no continente se concentram nas ricas jazidas de petróleo do Golfo de Guiné (Nigéria, Guiné Equatorial, Camarões, Gabão e Angola). As jazidas e reservatórios são de grande qualidade, fáceis de transportar e as explorações marítimas estão longe das regiões mais conflituosas. Para facilitar seus negócios, de um lado, o imperialismo norte-americano se utiliza do exército nacional desses países para esmagar em sangue as revoltas civis e garantir que continuem operando suas empresas; de outro lado, financia e fornece ajuda militar aos países limítrofes, mobilizando inclusive tropas especiais para dar “treinamento antiterrorista” a Mauritânia, Chade, Mali e Nigéria. A presença de grupos da Al-Qaeda é o pretexto para isso.

Os métodos de opressão e dominação dos Estados Unidos são variados. Na Nigéria, por exemplo, foi suficiente apoiar-se na burocracia assentada no poder por uma longa ditadura. Quando foi descoberto petróleo na região de Biafra, onde estourou nos anos 70 uma guerra civil, o exército nigeriano ocupou militarmente a região e a anexou ao seu território. A ditadura no poder há muitos anos e o fortalecimento de um estado centralizado militarmente foi o instrumento para que os monopólios ianques penetrassem e conquistassem hegemonia nas explorações de petróleo. No Chade, pelo contrário, de onde parte o oleoduto Chade-Camarões, os conflitos tribais resultantes das fronteiras coloniais são o meio de que se serve para intervir militarmente e controlar assim com tropas próprias o território.

Os exemplos são intermináveis. É importante assinalar que o imperialismo impôs a balcanização da África de acordo com as fronteiras traçadas pela luta entre as potências. E se utiliza de suas consequências sobre os povos que, massacrados sob o auspício comercial e militar de uma ou de outra potência, lhe permitem intervir como árbitro su-

premo que determina o futuro de todo o continente.

O proletariado africano se levanta

Paralelamente à intervenção imperialista, o agravamento dos choques comerciais entre as potências e o recrudescimento dos conflitos civis (étnicos, tribais e religiosos), o proletariado africano começa a despertar. Seus destacamentos mais importantes se concentram no Egito, África do Sul, Zimbábue e Nigéria que, contando-se por milhões, estão hoje diretamente vinculados às forças produtivas mundiais e são um dos elos mais fracos na cadeia das relações capitalistas de produção. Na África do Sul, os mineiros se levantaram em rebelião contra as multinacionais canadenses, norte-americanas e inglesas, protagonizando portentosas greves gerais, que desnudaram o papel entreguista e pró-imperialista do Congresso Nacional Africano de Nelson Mandela, que não hesitou em massacrar dezenas de mineiros para garantir a continuidade do saque das multinacionais.

Também se levantou o proletariado na Guiné, onde explodiram várias greves gerais e cuja principal riqueza é a bauxita e o ouro, e há dezenas de milhares de hectares de plantações de exportação. No Egito, em 2011, havia estourado um poderosa onda de greves. Operários têxteis, portuários, metalúrgicos, estatais e estudantes ocuparam fábricas e as ruas contra a carestia, a inflação e pelas liberdades democráticas. O golpe contrarrevolucionário contra Osni Mubarak afastou temporariamente o perigo de um levante generalizado da classe operária, que poderia alimentar o movimento democrático e balançar os pilares do regime burguês egípcio. Essas condições que se mantêm na crise mais geral do capitalismo mundial não se extinguíram porque suas causas continuam realizando seu trabalho de sapa entre as condições de vida das massas.

Em todo caso, além das derrotas e massacres desferidas contra os grevistas por toda África, cabe ressaltar que sua luta é expressão continental e nacional da crise capitalista que empurra a um grau nunca visto a taxa de exploração operária para evitar o declínio acelerado da taxa média de lucro dos monopólios. Por isso, o estancamento e recessão mundial da economia capitalista obrigam também os explorados a retomar a luta que, particularmente na África, deu saltos em sua radicalização e consciência política, ainda que insuficientemente.

Desse modo, fica traçado o caminho pelo qual a luta contra a opressão racial e nacional estabelecida a sangue e fogo pelas potências imperialistas e a grande burguesia, apoiando-se nos governos servis, pode confluir com o programa o proletariado e projetar-se instintivamente contra o regime capitalista.

Um laboratório continental que valida a tese trotskista da revolução permanente

Mais do que qualquer outro continente, a África reflete de modo preciso a definição feita por Lenin do capitalis-

mo como a época da desintegração e da barbárie social. As guerras civis fratricidas, o primitivismo tribal, o obscurantismo religioso traduzido à linguagem das massacres, o brutal saque de suas riquezas, a pobreza generalizada, enfim, todas as travas de seu desenvolvimento atrasado e sua miséria não são o resultado da história natural nem de sua cultura, mas o subproduto da penetração imperialista.

A África tem, contudo, uma importância determinante no desenvolvimento do capitalismo em sua época de desintegração mundial. Nela se materializam as tendências fundamentais de nossa época que são de crise, revoluções e contrarrevoluções. Com o fim da segunda guerra mundial e a degeneração do bolchevismo, concluiu como espólio a ser repartido resultante da guerra imperialista. Mais tarde, no processo revolucionário que envolveu o continente, outros países alcançaram sua independência (Etiópia, Moçambique, Angola, etc.). As massas indicavam assim o caminho de sua emancipação nacional pela via da insurreição e a luta anti-imperialista.

Entretanto, a destruição da direção revolucionária mundial pelo estalinismo impediu que se projetassem na arena internacional e isolou as revoluções em suas fronteiras nacionais. Posteriormente, o avanço da restauração capitalista desatou no continente poderosas forças contrarrevolucionárias. As burocracias estatais que resultaram da degeneração nacional dos movimentos revolucionários criaram, ao mesmo tempo, um campo para as manobras imperialistas, que armou os governos uns contra os outros, enfraquecendo suas forças e submetendo-os duplamente ao intervir militarmente nos seus países esgotados pelas disputas nacionais, interburocráticas, religiosas ou tribais.

No artigo acima mencionado, dizíamos também que *“as contradições econômicas nas condições de profunda opressão nacional abrirão um período de agudização da luta de classes”*. Reafirmamos a vigência dessa afirmação. Acrescentemos agora que para alcançar a emancipação nacional e a unidade continental, as massas oprimidas africanas devem romper com os particularismos nacionais, religiosos e étnicos e unir-se numa frente única anti-imperialista. A luta certamente começará sob as reivindicações democráticas, nacionais e econômicas. Mas, não demorarão em projetar-se instintivamente contra a propriedade privada monopolista dos meios de produção e contra os regimes burgueses semicoloniais, atrás dos quais espregueia o imperialismo mundial. Isso exigirá que suas vanguardas transformem as revoluções democrático nacionais em elos da luta internacionalista do proletariado contra o capitalismo mundial. A revolução na África terá assim um caráter permanente. A emancipação nacional e continental se conquistarão quando os explorados africanos empunhem a bandeira da revolução proletária e constituam os Estados Unidos Socialistas da África. O primeiro passo será dado quando no seio de sua vanguarda se destaque a fração mais consciente e determinada, constituindo-se em partido marxista-leninista-trotskyista.

Morre Mandela, o arquiteto da submissão da população negra à burguesia branca pela via da democracia burguesa.

Morre Mandela, permanece África do Sul, paraíso dos milionários brancos e inferno da maioria negra.

Morre Mandela, o imperialismo o reverencia como gigante da conciliação pró-capitalista.

Morre Mandela, leva para o túmulo o fracasso de seu ideal pequeno-burguês de “uma sociedade livre e democrática”

Os capitalistas - donos das terras, das fábricas, dos bancos e do comércio - tudo farão para que as massas negras oprimidas por séculos não descubram que Mandela, de inflexível opositor ao apartheid burguês, se transformou em administrador dos interesses da mesma classe de exploradores que impuseram o odioso regime racial. O imperialismo e a burguesia sul-africana explorarão ao máximo o espírito de sacrifício do líder do CNA, os 27 anos de prisão e a sua grandeza em não cultivar o ódio contra os opressores.

O passado revolucionário e do militante Mandela duramente perseguido serviu à remoção negociada do regime do apartheid. Hoje, seu passado vale ouro à burguesia e ao imperialismo para manter nas trevas a consciência dos operários, dos camponeses e das massas populares que formam a maioria nacional oprimida.

A experiência dos explorados negros com o fim do regime do apartheid, no entanto, está mostrando que se mudaram apenas aspectos da forma de dominação da burguesia branca - o conteúdo da opressão de classe é o mesmo. Sob o governo de Mandela, os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres. Sob o governo de Mandela, o racismo permaneceu adaptado às novas circunstâncias da luta de classes. Sob o governo de Mandela, as massas continuaram pisoteadas pela burguesia e alta classe média branca.

Os explorados africanos têm pela frente a tarefa de se emancipar da política pró-capitalista e pró-imperialista encarnada pelo governo de Mandela e de seus sucessores. É chegada a hora de construir o partido marxista-leninista-trotskista, como parte do objetivo de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Os explorados e oprimidos sul-africanos que arcam com



16 de agosto de 2012: Governo do Conselho Nacional Africano, partido de Nelson Mandela, assassina 42 mineiros grevistas da mina Marikana, fere mais 78 e encarcera 259, todos negros. Enquanto se mantém o regime burguês, o ataque aos direitos humanos e o racismo estarão vigentes na África do Sul

a brutal exploração capitalista e com o racismo burguês cedo ou tarde descobrirão que a via de sua emancipação está na luta pelo programa da revolução e ditadura proletárias.

Os explorados compreenderão que somente a transformação socialista da África do Sul, como parte da luta internacional do proletariado pela sociedade comunista, porá fim à fome, à miséria, à mortandade e ao racismo.

Os explorados sob a política do proletariado revolucionário tomará em suas mãos as tarefas democráticas que a burguesia e seus agentes não cumpriram.

Viva a luta da classe operária sul-africana pela derrocada do capitalismo e de toda sorte de discriminação racial.

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

Extraído de: “Massas” Nº 468, dezembro de 2013, POR-Brasil

A IV Internacional diante da África do Sul

Leon Trotsky redigiu uma contribuição à discussão programática que realizava o Workers Party da África do Sul (Partido dos Trabalhadores), seção da Oposição de Esquerda Internacional. Escrita em 20 de abril de 1935, com o título de “Sobre as Teses Sul Africanas”, Trotsky procura precisar pontos estratégicos do documento programático elaborado pelos revolucionários sul-africanos. Declara que suas observações não se opõem às Teses. E, nos pontos em que faz a crítica, diz que não apresenta diferenças de princípios. Mas chama a atenção para o fato de que pouco conhece sobre a situação sul africana para ter opiniões conclusivas sobre determinados “problemas políticos”. Seu objetivo é o de expor o “desacordo com determinados aspectos do projeto de Teses”.

Recorremos à crítica programática de Trotsky, realizada há mais de 78 anos, diante da morte do líder do Congresso Nacional Africano (CNA), Nelson Mandela. Esse acontecimento tomou proporções internacionais. Obrigou a uma avaliação sobre o fim do regime branco do apartheid e a evolução política, econômica e social da África do Sul. Esse balanço envolve profundamente o CNA, fundado em 1913, portanto, 22 anos antes da crítica de Trotsky às Teses dos trotskistas sul africanos. Notamos que as recomendações de Trotsky para o Partido dos Trabalhadores quanto à atitude política diante do CNA se mostraram completamente acertadas.

Começamos pela essência da crítica programática às Teses. Nas palavras de Trotsky:

“Não podemos estar de acordo com a forma em que se expressam as Teses quando afirmam que a consigna de ‘república negra’ é tão perniciosa para a causa revolucionária como a consigna ‘África do Sul para os brancos’. Enquanto que com a última se apoia a opressão mais total, com a primeira se dão os passos iniciais para a libertação”. E continua: “temos de aceitar resolutamente e sem reservas o absoluto e incondicional direito dos negros à independência. A solidariedade entre os trabalhadores negros e brancos só se cultivará e fortalecerá na luta comum contra os exploradores brancos”. Conclui: “É possível que depois do triunfo os negros não achem necessário formar um Estado negro separado na África do Sul. Evidentemente, não os obrigaremos a implantá-lo. Mas que tomem sua decisão livremente, com base em sua própria experiência, não obrigados pelo chicote dos opressores brancos. Os revolucionários proletários nunca devem esquecer o direito das nacionalidades oprimidas à autodeterminação, inclusive à separação plena, nem a obrigação do proletariado de uma nação opressora de defender esse direito com as armas nas mãos, se for necessário”.

Trotsky faz a firme defesa de que a república sul africana deveria se constituir como uma república “negra”. E como se deveria colocar a relação entre negros e brancos, uma vez que parte da população branca não compunha a classe dos exploradores? A igualdade entre negros e brancos “dependerá fundamentalmente da conduta que adotem os brancos”. Eis a formulação completa da questão racial: “Dado que uma revolução vitoriosa modificará radicalmente não só as relações entre as classes mas também as relações entre as raças, e garantirá aos negros o lugar que lhes corresponde no Estado de acordo com seu

número, a revolução social terá na África do Sul terá um caráter nacional”.

Como se vê, não se tratava de uma divergência menor. Entendemos que Trotsky ressalva que não tinha uma divergência de princípio porque os trotskistas do Partido dos Trabalhadores revelavam mais confusão em compreensão do que uma formulação precisa contra a república “negra”. Mas os acontecimentos posteriores e que chegam aos nossos dias mostram que a formulação de Trotsky se assentava em um fundamento programático, histórico. A população negra constituía não só a maioria do País como em quase sua totalidade era explorada, saqueada e oprimida. A minoria branca provinha dos colonizadores, era exploradora e sua parcela trabalhadora se valia de privilégios. A conquista de uma república “negra” somente seria possível por meio da revolução social. Não se tratava de transferir o poder formal do Estado a uma fração de negros, que preservaria o poder econômico da burguesia branca e com ela conviveria, como veio a ocorrer mais recentemente. A discriminação racial tão somente refletia a sociedade de classes. Não se poria fim à opressão racial sem por fim à opressão de classes. Lembremos que, em 1935, a minoria branca não havia instituído o apartheid, que foi implantado em 1948 e extinto em 1991. A fórmula de “república negra”, na realidade, expressava o conteúdo da revolução em que a população nativa colonizada inicialmente pelos holandeses e alemães, depois pelos ingleses, se libertaria do jugo colonial e imperialista. A minoria burguesa que controlava – e ainda controla – não apenas exercia a exploração de classe como também a opressão nacional, servindo de correia de transmissão do processo histórico do capitalismo colonizador e imperialista. Esse é o conteúdo essencial da “república negra”. Não há nenhuma possibilidade de interpretá-la como sendo outra forma de racismo, como o fizeram em sua confusão os trotskistas sul africanos. Pelo contrário, a tomada do poder pela população negra, expulsando a burguesia branca, rompendo os laços da opressão colonial-imperialista, poria fim a toda forma de racismo, do qual os africanos negros sempre foram vítimas.

A questão, por ser de classe, exigia e exige dos marxistas uma posição inconfundível e radical. Assim colocava Trotsky para o Partido dos Trabalhadores, que em nosso entender absorvia pressões do CNA reformista e de setores de trabalhadores brancos:

“O partido revolucionário tem de colocar a todo operário branco a seguinte alternativa: ou com o imperialismo britânico e a burguesia branca da África do Sul, ou com os trabalhadores e camponeses negros contra os senhores feudais e escravistas brancos e seus agentes nas fileiras da classe operária”.

Não poderia haver atentado maior à revolução do que “fazer a menor concessão aos privilégios e preconceitos dos brancos”. Foi exatamente o que veio a ocorrer com o CNA e com a liderança de Nelson Mandela. Certamente, não foi “a menor concessão”, uma vez que uma pequena fração da população negra se integrou no Estado burguês e liquidou o processo revolucionário. Uma grande traição começa pelas pequenas concessões ao opressor.

Já em 1935, o CNA tendia a obter concessões da burguesia branca. O que se contrapunha à tarefa de derrubá-la e constituir um governo da população negra, que só poderia ser revolucionário. Está aí porque entre as recomendações ao Partido dos Trabalhadores quanto a sua atitude perante o CNA consta esta:

“Os bolcheviques leninistas denunciarão diante das massas nativas a incapacidade do Congresso Nacional Africano de concretizar inclusive suas próprias reivindicações, devido a sua política superficial e conciliadora. Diferentemente, do Congresso, os bolcheviques leninistas levam adiante um programa revolucionário de luta de classes”.

Essa passagem expõe com clareza a caracterização que Trotsky tinha do CNA como uma organização que não se apoiava em um programa revolucionário e nos métodos próprios do proletariado. Um dos maiores erros dessa organização foi a de separar a luta contra a discriminação racial da luta de classes. De almejar a igualdade política, econômica e social entre negros e brancos sem destruir o poder da burguesia branca e sem romper com o domínio imperialista. A abolição das barreiras de cor e toda forma de discriminação racial introduzida pelos colonizadores, colocada no programa do CNA, não podia ser cumprida por meio de uma negociação entre os dirigentes negros e a classe dominante branca. O acordo do CNA sobre a direção de Mandela na década de 90 com o governo da burguesia branca em torno do fim do regime de apartheid confirmou plenamente a caracterização de Trotsky.

Esse fundamento estratégico que separava a posição da IV Internacional da do CNA reformista decidiria a sorte da África do Sul. A jovem organização trotskista que pretendia pôr em pé um Partido dos Trabalhadores não esteve à altura de compreender as orientações de Trotsky e de realizar um trabalho paciente que permitisse fazer a experiência com o reformismo do CNA e penetrar no proletariado e nas amplas massas negras oprimidas. O estalinismo galgou o CNA com sua política de estado “nacional democrático”. Procurou dotar o movimento das massas da estratégia de um Estado burguês que comportava uma fração da burguesia branca e a pequena burguesia negra. Por essa via, não se cumpriram as tarefas democráticas da África do Sul de capitalismo atrasado e semicolonial.

Já nos referimos à independência nacional e ao fim do racismo. Cabe ainda a questão agrária, de suma importância, uma vez que a oligarquia latifundiária impossibilitava às massas negras acesso a terra. Trotsky indica em seu texto “Sobre as Teses Sul Africanas” que os trotskistas deveriam trabalhar no seio das massas “as relações recíprocas entre as consignas nacionais e as agrárias”. Mostra, em desacordo com a formulação contida nas Teses, que se deveriam privilegiar as reivindicações agrárias sobre as nacionais. Refutou:

“Por de lado ou debilitar as consignas nacionais para não se chocar com os chauvinistas brancos das fileiras da classe trabalha-

dora seria, evidentemente, um oportunismo criminoso, totalmente alheio aos autores e partidários das Teses”.

Cuidadosamente, considerando a fragilidade do agrupamento sul africano, Trotsky mostra o perigo de se romper a unidade das tarefas nacionais e agrárias. Do ponto de vista das massas camponesas, o imediatamente sentido era sua condição de oprimidos pela oligarquia latifundiária. Segundo as Teses: “as massas camponesas nativas atrasadas sentem muito mais diretamente a opressão agrária do que a opressão nacional”. Trotsky admitia essa possibilidade, considerando a experiência da participação dos camponeses na Revolução Russa. Taticamente, esse era o ponto de partida do trabalho revolucionário e das consignas. Mas, de maneira alguma, o programa poderia conter a supremacia de uma tarefa sobre a outra. Trotsky conclui:

“Dadas essas condições, a propaganda pode e deve partir, antes de tudo, das consignas de revolução agrária, para permitir assim, passo a passo, por meio da experiência da luta, que o campesinato extraia as necessárias conclusões políticas e nacionais”.

Em abril de 1994, o CNA obteve a maioria parlamentar da Assembleia Nacional. O que permitiu eleger Mandela presidente da República. Prometeu aos camponeses que faria uma reforma agrária, não de uma vez, mas passo a

passo. 87% das propriedades estavam sob o controle da oligarquia branca. Terminou seu governo e estimou-se que apenas 7,5% das terras serviram à falsa reforma agrária. A propriedade privada dos meios de produção e o capital financeiro continuaram nas mãos da burguesia branca e do imperialismo. Não havia como o presidente negro e seu partido negro atados à política

dominante destruïrem o poder dos latifundiários em favor dos camponeses. O tal do “regime democrático multirracial” mascarava a velha ditadura de classe da burguesia e o domínio imperialista. Os brancos não chegaram a 10% de uma população de 52,8 milhões. Mas continuam a explorar e a oprimir a esmagadora maioria negra. Findou-se o regime do apartheid, sem que se findassem as discriminações raciais, agora mais ou menos disfarçadas. A polarização entre a minoria exploradora e a maioria explorada continua vigente. Em 2012, o governo do CNA esmagou a greve nas minas de ouro e platina de Marikana. A polícia fuzilou os operários negros que não faziam senão defender os salários e os empregos. Está colocada na África do Sul a constituição de um partido marxista-leninista-trotskista.

As posições da IV Internacional devem ser o ponto de partida, uma vez que se confirmaram plenamente. As condições atuais são muito mais avançadas para a revolução proletária, protagonizada pela maioria negra oprimida. Há que se ter um balanço preciso e severo da traição do CNA e de seu líder Nelson Mandela.

.....

Nota: o texto “Sobre as Teses Sul Africanas – À seção sul africana”, de 20 de abril de 1935, consta da obra Escritos, de Leon Trotsky, tomo VI, vol. 2, Editora Pluma, Bogotá, Colômbia, p. 380.

